



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO:

o caso do assentamento União

Caterine Soffiati Cabral

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA

2020

CATERINE SOFFIATI CABRAL

A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO:

o caso do assentamento União

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S678r Soffiati, Catherine C.

A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO: o caso do
assentamento União / Catherine C Soffiati. - João
Pessoa, 2020.
0 f.

Orientação: Patrícia A Ramiro.
TCC (Especialização) - UFPB/CCHLA.

1. Reforma agrária, Brejo Paraibano, Usina Santa Maria.
I. Ramiro, Patrícia A. II. Título.

UFPB/

CATERINE SOFFIATI CABRAL

**A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO:
o caso do assentamento União**

Monografia do curso de Bacharelado em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em 18 de Fevereiro de 2020.

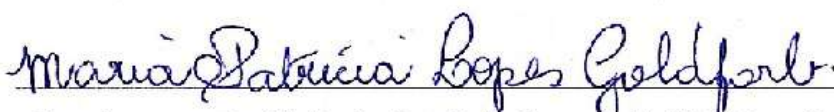
Banca Examinadora:



Professora Dr.ª Patrícia Alves Ramiro – DCS/UFPB
(Orientadora)



Professora Dr.ª Luciana de Oliveira Chianca – DCS/UFPB
(Examinadora)



Professora Dr.ª Maria Patrícia Lopes Goldfarb – DCS/UFPB
(Examinadora)

Em memória de Clayton Tomaz (Alph)

Somos muito Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.

E se somos Severinos
e iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca qualquer idade,
e até gente não nascida).

João Cabral de Melo Neto

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Mariza Tardelli, a ela eu devo tudo o que eu sou. Obrigada por sempre respeitar a minha escolha profissional e me encorajar a seguir em frente, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por cursar a universidade longe de casa. Por ser a maior inspiração da minha vida, e ser o meu exemplo de mulher forte, batalhadora e sensata. Por aguçar a minha curiosidade constantemente. Por fazer o possível e o impossível para garantir o meu bem-estar. À você todo o meu amor, respeito e admiração sempre.

À minha irmã, Amanda Soffiati, por toda a preocupação, apoio e carinho. Obrigada por me encorajar a seguir meus sonhos e me ensinar a ser persistente. À minha irmã gêmea, Beatriz Soffiati, por me conhecer como ninguém e sempre estar disposta a me apoiar. Obrigada pela parceria e por cada sorriso que você tira de mim. Ao Nonno e a Nonna, por todo o amor e cuidado. Vocês me tornaram uma pessoa melhor. À minha prima Juju, que mesmo a quilômetros de distância me incentiva diariamente e por entender tanto as dificuldades da academia. Ao meu pai, Josafa Cabral, por me auxiliar com o possível.

À minha tia Graça, meu tio Zezinho e meu primo Bruno, meus profundos agradecimentos por cederam um lar para a minha estadia na Paraíba. Pelos chás de madrugada quando eu estava doente. Por não me deixarem desistir. Por serem os meus anjos da guarda. Pelas conversas animadas e risadas. Muito obrigada pelo apoio.

Aos amigos que passaram pela “casa de noiz 5”, que tornaram minha permanência em João Pessoa viável. Por cada alimento. Por todos os dias compartilhados. Por todas as alegrias. Por todos os aprendizados. À Wenita Lima, por me ensinar a tomar chá de alecrim. Por me ensinar sobre o autocuidado. Por ser meu exemplo de força para se manter em pé. À Vani Veloso, pelas longas conversas profundas. Por me ensinar a ter um tempo só meu. Por me ensinar a olhar pra dentro. Pelas preocupações e conselhos. À Wertton Luís, por toda a infantilidade essencial para suavizar os meus dias. Pelas conversas. Pelo cuidado. Por me auxiliar a escrever o TCC. À Renata Lima, por me ensinar o verdadeiro significado de uma amizade e poder ressignificá-la. Por sempre estar presente. Pela

disposição matinal. Por crescer junto comigo. À Itanajara, por me escutar, pelos cafés da tarde com pão seda, pela companhia alegre. Obrigada por sempre me contagiar com seus sorrisos. À Ana Beatriz, por sempre me escutar, pelas danças, por aquecer o meu coração. Pelos melhores carnavais. À minha amiga Odaiza, por ser a luz dos meus dias, pela companhia nos almoços do RU, pela preocupação e cuidado diário. Pelos choros e abraços. Por cada gargalhada.

Aos meu amigos, que a UFPB me deu, que deixam a minha vida mais leve: Anne Oliveira, Pábula, Priscilla Alves, Luciana França, Priscilla Torres, Jéferson Mário, Idayane Soares e Carla Branco.

Ao Manuel Lacerda, o meu companheiro de vida, pelo amor e paciência com a minha ansiedade ao escrever o TCC. Por me encorajar a seguir a carreira acadêmica. Por me incentivar a estudar. Por dividir o seu lar comigo. Por ser o meu apoio. Por compartilhar sua caminhada comigo. Meu coração é todo seu.

Aos companheiros de pesquisa, Yasmin Rodrigues, Maria Clara Macedo, Mariana Novais, Rony Frutuoso, Rossana Frutuoso e Adriana Castilho. Por me auxiliarem no processo de aprendizagem. Por me transmitirem confiança. Pelas partilhas das inquietações do campo. Obrigada pela parceria.

À Ana Batista, por se tornar uma companheira além da pesquisa. Obrigada pelas conversas acompanhadas de pão na chapa com café. Pela dedicação com a pesquisa. Pelos afetos. Pela parceria no trabalho coletivo. Pela demonstração de força e coragem. Você é uma pesquisadora brilhante!

À minha amiga, Morgana Beatriz. Pela participação na pesquisa. Pelo imenso carinho que temos uma pela outra. Pelas histórias mais malucas. Pelas aventuras mais inesperadas. Pela amizade linda. Pela inspiração para correr atrás dos meus sonhos. Por lutar por um mundo melhor. Por me encher de orgulho. Obrigada por caminhar comigo.

À melhor orientadora que eu poderia ter, Patrícia Ramiro. Por ser a minha maior inspiração como pesquisadora e professora. Obrigada por me ensinar na prática como um profissional deve ser. Por me mostrar que o professor vai muito além da sala de aula. Por acreditar no meu potencial, mesmo quando eu duvidava dele. Pelo acolhimento e puxões de orelha. Por me ensinar a ler um texto e compreender as partes que o compõem, por me ensinar tudo o que eu sei sobre pesquisa. Por se preocupar com a minha situação financeira, e sempre me auxiliar. Pelas oportunidades de extensão, iniciação científica e

monitoria, que mudaram minha forma de ver o mundo e o ensino. Obrigada pela amizade, pelo carinho, pela paciência, pelo cuidado e pela confiança. Você é incrível! Eu sou extremamente feliz por caminhar com você.

Ao Lucas Araújo, amigo da geografia. Sem ele não conseguiria desvendar os mistérios do site do IBGE. Obrigada pela paciência e carinho.

À Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PRAPE), por garantir mensalmente o pagamento do auxílio moradia, sem o qual não teria condições de permanecer na universidade pública.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a UFPB pelo incentivo financeiro nos projetos que participei de pesquisa, extensão e monitoria, sem o qual não seria viável a minha participação. Por me possibilitarem a realizar uma pesquisa científica.

Aos assentados de Areia, por contribuírem abertamente com a pesquisa. Por compartilharem suas histórias de vida. Por abrirem as portas de suas casas. Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa compreender as transformações entre a vida de trabalhador rural assalariado da usina Santa Maria para a vida no assentamento rural de reforma agrária União, localizado na cidade de Areia, região do Brejo paraibano, a partir da ótica destes atores sociais, os assentados. Para tanto, tem como objetivos específicos conhecer o histórico da região e do município no qual estão inseridos e analisar como interpretam seu cotidiano de trabalho e moradia no passado e no presente. A região da pesquisa passou por transformações significativas após a falência da Usina Santa Maria nos anos 1990, quando suas terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária, dando origem a dez assentamentos rurais, distribuídos entre os municípios de Areia, Pilões e Serraria. Para o estudo do assentamento União, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa: realização de entrevistas formais e informais, análise de documentos, pesquisa de campo coletiva, uso de dados secundários e levantamento bibliográfico. Os resultados apontam que a política de reforma agrária transformou trabalhadores sujeitos em agricultores livres. A implementação do assentamento União representa o fim da relação de sujeição do trabalhador ao usineiro/senhor-de-engenho, sendo o trabalho de agricultor menos desgastante fisicamente e com significado de liberdade sobre seu corpo e uso de seu tempo. Todavia, ainda existem muitos impasses que limitam a sustentabilidade dos assentados no campo, tais como a ameaça da continuidade das políticas públicas dos dias atuais.

Palavras-chave: Usina Santa Maria, Brejo Paraibano, reforma agrária.

ABSTRACT

This final paper aims to understand the hired rural workers life's transformations at the Santa Maria sugar mill, to the life in a land reform agrarian settlement named União, which is sited at the Brejo region in the state of Paraíba, at the city of Areia, from the social parts point of view, the settlers. Therefore, specifically points to know the region's and county history where they are inserted, and to analyze how they interpret their daily work and housing in the past and present, when their lands were expropriated for agrarian reform purposes, creating ten rural settlements distributed between the municipalities of Areia, Pilões and Serraria. This study, of the Settlement União was built upon the use of formal and informal interview, data analysis, group field research, secondary data usage and bibliographic review. The results points that the land reform policy changed the subject workers into free farmers. The implementation of the União settlement represents the end of the relationship of subjecting the worker to the mill owner / plantation owner, the work of the farmer being less physically demanding and with the meaning of freedom over his body and use of his time. However, still persists plenty of barriers that limit the field settlers sustainability, as in the threat of maintaining, or not, the public policies nowadays.

Key-words: Usina Santa Maria, Brejo Paraibano, Land Reform

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudantes aprendendo o fazer científico.....	19
Figura 2: Assentados e pesquisadoras após as práticas de extensão rural.....	20
Figura 3: Estudante realizando entrevista informal com o assentado.....	21
Figura 4: Pesquisadores reunidos após o dia de campo.....	23
Figura 5: Pesquisa na biblioteca do IPHAN.....	24
Figura 6: Mapa da microrregião do Brejo Paraibano.....	27
Figura 7: Área ocupada pelas pequenas, médias e grandes propriedades no Brasil , em 2014	31
Figura 8: Número das pequenas , médias e grandes propriedades no Brasil, em 2014	31
Figura 9: Ilustração do engenho Quati do Meio	37
Figura 10: Dependências da Usina Santa Maria – década de 1970.....	38
Figura 11: Planta da Usina Santa Maria em 1979	39
Figura 12: Ficha de registro de empregado na Usina Santa Maria, em 1984.....	40
Figura 13: Número de assentamentos criados segundo o ano de criação 1984-2013, no estado da Paraíba.....	47
Figura 14: Vista da estrada do assentamento União.....	49
Figura 15: Sede do assentamento União, em 2019.....	50
Figura 16: Vista do lote do assentado Z., em 2017.....	52
Figura 17: Cartaz elaborado pelos assentados durante atividade de extensão rural em 16/11/2019... ..	53

Figura 18: Cartaz elaborado pelos assentados durante atividade de extensão rural em 16/11/2019.....	54
Figura 19: Bananal plantado no assentamento União.....	57
Figura 20: Assentados em frente a casa do período da usina.....	61
Figura 21: Assentados em frente a casa construída no período do assentamento.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Engenhos de Propriedade da Usina Santa Maria – 1978.....	36
Tabela 2: Quantidade produzida de cana-de-açúcar, em toneladas, nos municípios de Pilões, Areia e Serraria, em 1974, 1990, 1995 e 2018.....	44
Tabela 3: Estrutura fundiária do estado da Paraíba, em 2012.....	46
Tabela 4 - Estrutura fundiária da cidade de Areia, em 1985 e 2006.....	48
Tabela 5: Quantidade de banana produzida no município de Areia, por área, em 2017.....	58
Tabela 6: Número de imóveis com produção de cana-de-açúcar, quantidade produzida em toneladas, por grupo de área, no município de Areia, em 2017.....	59
Tabela 7: Número de imóveis por grupos de atividade econômica e classes de área, na cidade de Areia, em 2016.....	60

LISTA DE SIGLAS

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NERA -Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIVIC- Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

UFPB – Universidade da Federal da Paraíba

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

Introdução	16
 Capítulo 1. Conhecendo o campo	
1.1.Considerações metodológicas sobre a entrada no campo	18
 Capítulo 2. O latifúndio da cana-de-açúcar no Brejo Paraibano	
2.1. A região do Brejo Paraibano.....	27
2.2. Histórico de ocupação deste território.....	29
2.2.1. O latifúndio e o minifúndio no Brasil.....	30
2.3. A produção de cana-de açúcar no Brejo Paraibano.....	33
2.4. A Usina Santa Maria: do auge à falência.....	37
 Capítulo 3. A reforma agrária e o assentamento União	
4.1. A questão agrária no estado da Paraíba.....	46
4.2. O assentamento rural de reforma agrária União.....	48
 Considerações finais	63
Referências	66

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso visa compreender as transformações entre a vida de trabalhador rural assalariado da usina Santa Maria para a vida no assentamento rural de reforma agrária União, localizado na cidade de Areia, região do Brejo paraibano, a partir da ótica destes atores sociais, os assentados. Para tanto, tem como objetivos específicos conhecer o histórico da região e do município no qual estão inseridos e analisar como interpretam seu cotidiano de trabalho e moradia no passado e no presente.

A usina Santa Maria iniciou sua atividade em 1932 e suas terras ocupavam uma área de 3.452 hectares, com sede no município de Areia. A expansão desta usina, especialmente devido aos subsídios governamentais recebidos durante os PROÁLCOOL e PLANALSUÇAR na década de setenta, modificou o cenário à sua volta, reestruturando a sociedade local ao tornar muitos senhores de engenho em meros fornecedores de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e de álcool e por empregar centenas de trabalhadores locais (GARCIA JR., 1990). Todavia, no início da década de 90, tem início a crise canavieira na região Nordeste, quando muitas usinas fecham ou decretam falência, entre elas, a Usina Santa Maria.

Milhares de trabalhadores ficaram desempregados e muitos se sentiram ameaçados de perderem também suas casas, visto que eram moradores em engenhos que pertenciam à usina falida. Com o apoio de setores da sociedade, universidade e igreja, os ex trabalhadores da usina se mobilizaram para que o governo tomasse providências. A reivindicação inicial dos trabalhadores da usina era pelo pagamento dos direitos trabalhistas. No entanto, esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais. Atualmente, suas terras compõem dez assentamentos rurais de reforma agrária, distribuídos nos municípios de Areia, Serraria e Pilões.

O assentamento União, objeto de estudo deste trabalho, foi um dos assentamentos formados com a desapropriação das terras da usina Santa Maria em 29 de outubro de 1997. Sua fundação ocorreu em 29 de março de 1998, com a união das comunidades que viviam

nas terras dos antigos engenhos Santa Helena, Poeirinha e Nossa Senhora de Fátima (que é conhecido também como Grutão). Atualmente, o assentamento abriga um total cinquenta e seis famílias, em sua maioria ex-trabalhadores vinculados diretamente ao plantio e colheita da lavoura canavieira, justamente pelo fato das terras do assentamento União, terem pertencido à parte agrícola da produção da usina Santa Maria.

Para se alcançar aos objetivos propostos, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre os principais temas, como: reforma agrária, a região do Brejo Paraibano, a produção de cana-de-açúcar, a usina Santa Maria, assentamentos rurais, além de pesquisa de campo junto ao assentamento rural de reforma agrária União, momento fundamental para observação participante e realização de entrevistas formais e informais com os assentados.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos, o primeiro é formado por informações metodológicas sobre o processo de construção desta narrativa. No segundo, narramos o histórico da região desde o auge da produção canavieira da Usina Santa Maria até sua falência, além de conceitos importantes para se entender o rural brasileiro, como terra de trabalho, terra de negócio, latifúndio, minifúndio e outros. O terceiro e último capítulo narra um pouco a questão agrária na Paraíba e a formação dos assentamentos rurais e analisa o caso do assentamento União, sob a ótica dos assentados.

Capítulo 1. Conhecendo o campo

1.1.Considerações metodológicas sobre a entrada no campo

Esta monografia é fruto do caminho que trilhei dentro da graduação no curso de Ciências Sociais, o qual abriu meus horizontes sobre o mundo, os diversos métodos existentes de se fazer pesquisa científica e o papel da universidade. Neste percurso aprendi que existem questões que ficam “em alta” ou “em baixa” nas discussões acadêmicas. A questão que me propus a entender os porquês, esteve em alta nos anos 60, atualmente está “em baixa” na academia, mas ainda é explícita no cotidiano do povo brasileiro, por isso, hoje mais do que nunca é necessário escrever sobre a questão agrária no Brasil e as condições dos trabalhadores rurais.

Este trabalho foi construído pouco a pouco, junto com meu amadurecimento e aprendizagem, com a experiência de iniciação científica. No ano de 2017, participei do projeto de pesquisa “Reprodução social em assentamentos rurais paraibanos”, período em que tive meu primeiro contato com a região do Brejo Paraibano e com a realidade dos assentamentos rurais, inclusive o União, alvo desta pesquisa. Em 2018, integrei o projeto “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”. Atualmente, participo do projeto de pesquisa “Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba”.

Nesses aproximadamente três anos de iniciação científica, realizei três idas a campo, com equipes formadas por diferentes membros, totalizando seis dias na cidade de Areia. As idas a campo envolveram o assentamento rural de reforma agrária União e locais para se conhecer o município de Areia, como o engenho Triunfo, a Casa José Rufino, o Teatro Minerva, a UFPB campus II, o centro da cidade, o restaurante O Barretão, o restaurante Vó Maria, entre outros.

A primeira ida ao município de Areia ocorreu em agosto de 2017, quando as estudantes do grupo de pesquisa¹ tiveram sua primeira experiência com o fazer científico, neste dia acompanhamos os pesquisadores Afrânio Garcia Jr., Marie-France G. Parpet, Marilda Menezes e Patrícia A. Ramiro na entrevista realizada na Associação de Desenvolvimento Sustentável de Macacos e Furnas (Adesmaf), localizada em Areia. Ao acompanhar os pesquisadores experientes aprendemos como devemos agir no campo, como utilizar o caderno de campo e como as entrevistas são realizadas na prática.

Figura 1: Estudantes aprendendo o fazer científico



Fonte: Arquivo da pesquisa *Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI*, em agosto de 2017.

A segunda ida a campo ocorreu nos dias 16 e 17 de novembro de 2017, no assentamento rural de reforma agrária União. O primeiro contato do grupo de pesquisa² com o assentamento ocorreu através do uso de metodologias de extensão rural participativas³, na sede do assentamento, com a presença de 12 assentados, sendo a maioria

¹ Pesquisadores que participaram desta ida a campo: Ana V. Batista, Afrânio Garcia Jr., Catherine Soffiati, Marie-France G. Parpet, Marilda Menezes, Maria C. de Menezes, Morgana B. da Silva e Patrícia A. Ramiro.

² Pesquisadoras que participaram desta ida a campo: Ana V. Batista, Catherine Soffiati C., Maria C. de Menezes e Patrícia A. Ramiro.

³ A atividade coletiva ocorreu em 16 de novembro de 2017. Agradecemos ao apoio financeiro do Programa de Extensão Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN), coordenado pela professora Luciana Chianca, sem o qual a realização da oficina não teria sido possível.

homens. As atividades consistiram no primeiro momento em rodas de diálogos, produção coletiva de cartazes (utilizando imagens recortadas de jornais e revistas), com o intuito de representar as potencialidades e debilidades da vida no assentamento. No segundo momento ocorreu a divisão dos assentados presentes, em dois grupos, para produzirem cartazes que representassem o passado vivido no tempo da usina, o presente na vida do assentamento e como eles se viam no futuro. A utilização de metodologias de extensão rural foram extremamente enriquecedoras para o entendimento das transformações ocorridas na vida dessas pessoas, pois facilitou a comunicação, visto que a maioria dos assentados possuem baixa escolaridade.

Figura 2: Assentados e pesquisadoras após as práticas de extensão rural



Fonte: Arquivo da Pesquisa: “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”, data 16/11/2017.

Nesta ida a campo, também realizamos entrevistas individuais, na casa dos próprios assentados, para obter as representações sociais referentes às transformações vividas após fechamento da usina e implantação do assentamento rural através de reforma agrária. As entrevistas foram realizadas principalmente com os assentados que vivenciaram o período de funcionamento da usina/engenhos. Foram entrevistados, a líder da Associação dos moradores do assentamento União (filha de uma das poucas mulheres cortadora de

cana-de-açúcar da usina Santa Maria), ex-cortadores de cana, ex-enchedores de caminhão, ex-cambiteiros⁴ e funcionário público que acompanhou o processo de luta pela reforma agrária na região.

A entrevista é fundamental para a antropologia da história oral, que “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2015, p.155). As entrevistas realizadas foram extremamente enriquecedoras para a pesquisa, pois, através das mesmas, os assentados nos contaram acontecimentos do passado, sobre o período de funcionamento da usina, um pouco das suas próprias histórias de vida, da luta pela desapropriação das terras da usina, sobre as culturas cultivadas, entre outras informações. A utilização do gravador foi necessária em todas as entrevistas formais, para posteriormente serem transcritas. Já as entrevistas informais, não foram gravadas, mas utilizamos o caderno de campo para anotações das informações pertinentes.

Figura 3: Estudante realizando entrevista informal com o assentado



Fonte: Arquivo da Pesquisa: Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI. Data 16/11/2017.

⁴ Cambiteiro é um dos cargos da usina que consiste em, carregar a cana-de-açúcar cortada no burro, com o auxílio de um cambito, que é uma estrutura de madeira e cordas.

Justamente por se tratar de uma pesquisa desenvolvida coletivamente, as entrevistas citadas no desenrolar do texto, possuem uma nota de rodapé identificando o pesquisador que a transcreveu e a realizou.

Durante a experiência de iniciação científica fui afetada pelo fazer científico coletivo, ainda que o modo de fazer científico nas ciências sociais, em grande parte, esteja repleto de obras individuais, faz-se necessário acabar com o “mito da solidão” do pesquisador e falarmos da pesquisa de campo coletiva (FRANCH, 2009). A pesquisa de campo coletiva foi a metodologia que me afetou e foi através dela que esta monografia foi elaborada.

A terceira e última ida a campo ocorreu em novembro de 2019 e teve duração de três dias, nos quais o grupo de pesquisa⁵ seguiu a metodologia de pesquisa coletiva, detalharei como este processo ocorreu na prática. A pesquisa de campo coletiva consiste na divisão do fazer etnográfico, no qual cada pesquisador é responsável por uma parte e no final todos compõem o todo (WEBER, 1988). Entrevistar, gravar, filmar, escrever e observar são tarefas que fazem parte da pesquisa de campo, essas atividades foram realizadas simultaneamente nas idas ao assentamento rural de reforma agrária União, na cidade de Areia, em novembro de 2019.

No primeiro momento a equipe da pesquisa⁶ foi dividida e cada membro ficou responsável por uma parte da etnografia - fotografar, gravar a entrevista, fazer a entrevista, escrever no caderno de campo e observar. Assim, os pesquisadores foram a campo juntos e cada um realizou suas tarefas durante o dia. No entardecer, todos os pesquisadores se reuniram para compartilhar suas experiências, suas dificuldades, suas impressões e os materiais produzidos. Nesse momento, todos os pesquisadores estavam com seus cadernos de campo na mão, anotando as informações compartilhadas pelos companheiros de pesquisa. No final do campo, a equipe possuía diversos materiais em apenas dois dias de pesquisa⁷.

⁵ Pesquisadores que participaram desta ida a campo: Ana Victória Batista, Maria Clara de Menezes, Morgana Beatriz da Silva, Mariana Novais, Rosana Frutuoso, Roni Frutuoso e Patricia Ramiro.

⁶ Equipe de pesquisa formada por: Ana Batista (PIVIC/CNPq), Catherine Soffiati (PIBIC/CNPq), Mariana Novais (PIVIC/CNPq), Rony Frutuoso (Doutorado UFCG), Rossana Frutuoso (Doutorado UFCG) e Patricia Ramiro (Coordenadora da pesquisa).

⁷ A pesquisa de campo coletiva nos permitiu um campo mais rico, em um curto período de tempo, fato que em uma pesquisa solitária não teria ocorrido.

Figura 4: Pesquisadores reunidos após o dia de campo, nov. 2019.



Fonte: Acervo pessoal de Caterine Soffiati

Nesta trajetória, com a iniciação científica, utilizei o caderno de campo constantemente, nele fiz anotações a respeito das minhas observações, questionamentos, informações e reflexões, dentro e fora do campo.

As entrevistas, as idas a campo, as rodas de leituras e as fotografias foram realizadas coletivamente. A escrita e a organização das ideias dentro deste trabalho, foram individuais, mas baseadas na experiência coletiva.

Esta monografia também contou com pesquisa bibliográfica exploratória para compreensão da região através da produção acadêmica e compreensão das principais temáticas relacionadas à esta pesquisa. A maior parte da bibliografia que acessei foi através do grupo de leitura “Re-Leituras do rural” no qual lemos o livro “O Sul Caminhos do Roçado”, de Afrânio Garcia Jr obra referência sobre a região escrita na década de 1980 e na disciplina de Sociologia Rural⁸, ministrada pela Profa. Dra. Patrícia Ramiro, quando entrei em contato com os principais autores das Ciências Sociais e outras áreas que

⁸ Nesta disciplina conhecemos autores como, Beatriz Heredia, Caio Prado Jr., Manuel Correia de Andrade, Moacir Palmeira, entre outros.

discutem o meio rural. Utilizei também a ferramenta de busca do portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) via internet.

Outro local de extrema importância para a busca de dados sobre o município de Areia foi a biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁹ (IPHAN), localizada no centro da cidade de João Pessoa, na qual realizei quatro idas. Na biblioteca encontrei documentos, fotos, mapas, vídeos, textos manuscritos, textos impressos e livros relacionados ao município de Areia¹⁰. Foram arquivados 72 documentos impressos e os digitais encontram-se no Google drive em pasta compartilhada.

Figura 5: Pesquisa na biblioteca do IPHAN



Fonte: Acervo pessoal de Catherine Soffiati

O levantamento bibliográfico foi fundamental para a elaboração das entrevistas, para garantir que as questões fizessem sentido para o entrevistado, como indica Thompson o entrevistador deve “se assegurar, na medida do possível, de que as perguntas são

⁹ A colaboração do Daniel Barbosa, funcionário da biblioteca, foi fundamental para que a coleta das informações ocorresse da melhor maneira possível. Meus sinceros agradecimentos por todo o apoio.

¹⁰ Todo o material coletado nesta fase de levantamento bibliográfico foi devidamente catalogado e arquivado na sala da Pra. Dra. Patrícia Ramiro.

historicamente relevantes e estão corretamente formuladas para aquele contexto.” (THOMPSON, 2002, p. 257).

Outro ponto fundamental para a construção deste trabalho é a utilização de métodos qualitativos e quantitativos conjuntamente, pois, “é impossível ser um bom quantitativista sem um conhecimento qualitativo aprofundado do domínio estudado” (SELZ, 2015, p. 302 e 303). Os dados quantitativos desta monografia foram encontrados principalmente no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente na plataforma do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no qual possui o banco de tabelas estatísticas do instituto online. O site do SIDRA foi a ferramenta mais difícil de busca de dados deste trabalho, mas apesar de toda dificuldade enfrentada para gerar as tabelas sobre o número de imóveis da cidade de Areia, a quantidade da área dos imóveis, a quantidade da produção de banana e cana-de-açúcar, entre outros, a plataforma foi extremamente enriquecedora para incrementar os dados obtidos através das entrevistas. O Censo agropecuário do IBGE de 1985, uma das referências deste trabalho, não está disponível na plataforma SIDRA, o arquivo é encontrado em formato PDF (Portable Document Format), o que gerou uma demanda de trabalho para copiar os dados da tabela do número de imóveis e suas áreas, para construção da tabela no programa Excel.

No programa Excel foram construídas todas as tabelas e gráficos presentes neste trabalho, as disciplinas de Mensuração e Análises de Dados, ministrada pela Dra. Prfa. Patrícia Ramiro e Metodologia de Pesquisa em Ciência Política, ministrada pelo Prof. Ítalo Fittipaldi, foram fundamentais para conhecer o funcionamento do Excel e aprender a utilizar as ferramentas principais do programa.

Para a coleta de dados os portais online do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA¹¹) também foram fundamentais para encontrar dados referentes aos assentamentos rurais implementados na região do Brejo Paraibano, as questões fundiárias na Paraíba e a produção de cana no Brasil e no estado da Paraíba.

¹¹ Especialmente através do Boletim DATA LUTA, que é produzido nacionalmente, mas também específico dos estados. No caso da Paraíba encontra-se dados referentes a: manifestações, estrutura fundiária, índice de GIN, assentamentos rurais, divisões geográficas etc.

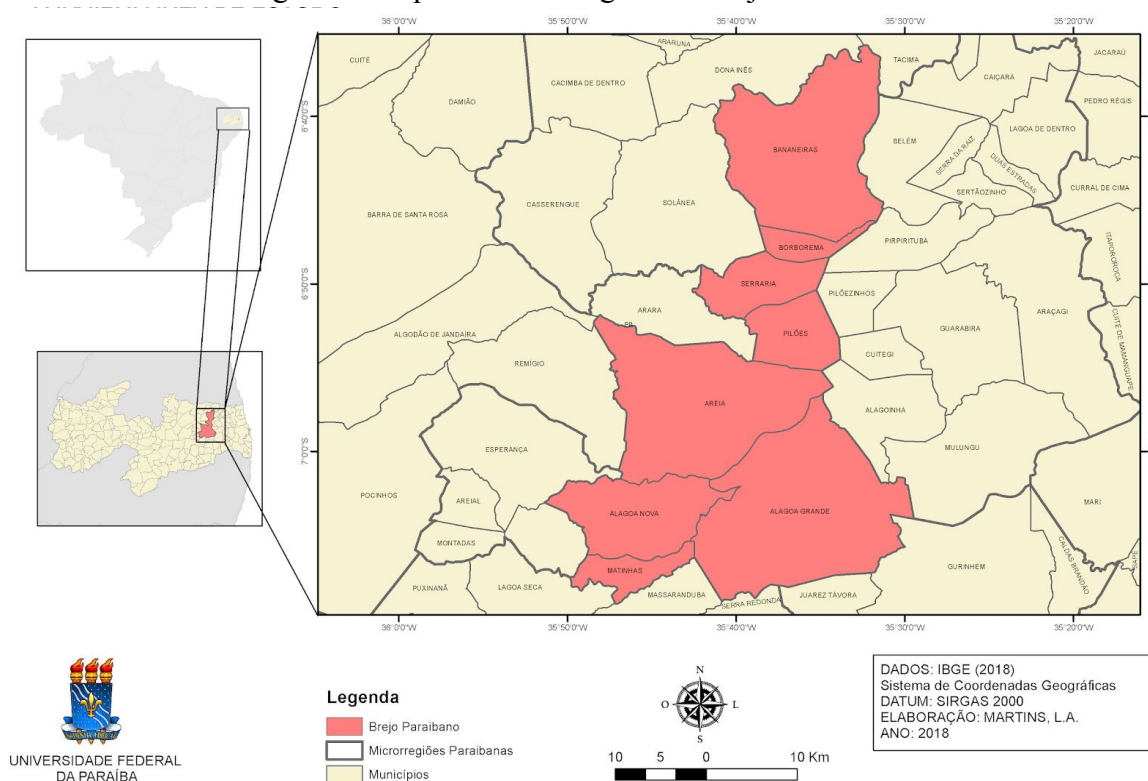
A utilização da estatística na sociologia, apesar de não ser a preferência dos estudantes desta área, é fundamental para se entender os fenômenos estudados (SELZ, 2015). Mas é sempre bom lembrar que os dados não dizem nada sozinhos, é preciso interpretá-los. Utilizando a imaginação sociológica conseguimos olhar além, e “compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade” (MILLS, 1969, p.12).

Capítulo 2. O latifúndio da cana-de-açúcar no Brejo Paraibano

2.1. A região do Brejo Paraibano

Em 1990, o IBGE¹² classificou o estado da Paraíba em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. A mesorregião do agreste paraibano é formada por oito microrregiões: Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro. A microrregião do Brejo Paraibano é constituída por oito municípios, que são: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria.

Figura 6: Mapa da microrregião do Brejo Paraibano



¹² Em 2017, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) lançou uma nova divisão regional do Brasil em regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. Essa é a divisão mais recente mas não será utilizada neste relatório, pois os critérios de classificação centralizam a rede urbana. A divisão mais coerente com a proposta desta pesquisa foi a realizada em 1990.

A região do Brejo é caracterizada pelas altas altitudes e presença de água abundante em relação às outras regiões do estado. As altas altitudes são percebidas na rodovia (PB-079) para se chegar em Areia, onde o caminho é marcado por curvas para subir a serra. Essas características foram descritas por Horácio de Almeida:

Na zona propriamente do brejo exuberante vegetação cobria a terra ferraz. A mata verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá embaixo, nas várzeas de massapê, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem. (ALMEIDA, 1980, p. 32)

O Brejo é diferenciado das outras microrregiões paraibanas pelo seu clima, onde no inverno as temperaturas variam entre 12°C e 18°C. Horácio de Almeida (1980) comenta que a cidade de Areia se cobria de névoa e que seu clima era comparado ao de Paris. Com as temperaturas mais baixas do que as outras regiões do estado, no inverno em todas as cidades do Brejo ocorre o “Caminhos do Frio”, uma programação cultural para incentivar o turismo local.

Justamente por se chamar Brejo Paraibano, na qual a palavra Brejo “ deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema” (ALMEIDA, 1980, p. 07), as características físicas da região são propícias à agricultura, Emília Moreira e Ivan Targino (1997) apresentam o Brejo como uma região de solo fértil, com pluviosidade média anual aproximadamente entre 1.500 a 1.800 milímetros.

Devido às características físicas da região, o Brejo Paraibano teve a produção de cana-de-açúcar acentuada comparada aos outros ciclos agrários que a região vivenciou, como ressalta Almeida (1980, p.32):

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana-de-açúcar encontrou campo favorável de cultura. As condições ecológicas eram propícias à economia canavieira, como haviam sido para o algodão e depois o foram para o café e para o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam como homem na manhã da lavoura, permitindo colheitas compensadoras na época de estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona propriamente do brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao potente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras.

As particularidades dos diversos tipos de lavouras que a região experimentou serão expostos no próximo subtópico até chegarmos à expansão e decadência da monocultura canavieira na região.

2.2. Histórico de ocupação deste território

As primeiras ocupações do território paraibano começam na região do litoral. Em 1585, é criada a primeira vila do estado - a vila de Felipéia de Nossa Senhora das Neves, início da atual cidade de João Pessoa. Com a expansão da pecuária e da produção de algodão, que começam as ocupações nas regiões do Sertão e Agreste. Há registros de ocupação no Brejo Paraibano em meados do século XVIII, Horácio de Almeida (1980) aponta que aproximadamente no ano de 1700 a região já era ocupada. No século XIX, no início da ocupação do Brejo Paraibano, a região era destacada pela sua produção de alimentos e rapadura para outras regiões do estado.

No mesmo século citado, a região do Brejo Paraibano possuía uma importante produção de algodão, chegando em 1817 a ser o sustento da economia brejeira. Em 1860 inicia-se o declínio da febre do algodão e, assim, a cana de açúcar ganha espaço na região. A expansão da cana de açúcar foi favorecida pelas condições do solo e clima da região. A produção da cana-de-açúcar no estado da Paraíba, precisamente na região do Brejo Paraibano ocorreu com:

o declínio do algodão, a cana torna-se a cultura principal do Brejo. A sua expansão foi possível, não só graças às condições naturais propícias ao seu cultivo aí existentes (clima quente e úmido e solos férteis), como também ao capital acumulado durante o ciclo algodoeiro e à estratégia adotada de produzir para o mercado interno. Ao substituir o algodão ela deu origem ao "ciclo da cana" no Brejo (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.87).

A produção de rapadura e aguardente foram marcantes na produção dos engenhos do Brejo Paraibano nesse período. “Inicialmente produzia-se unicamente o açúcar mascavo, suficiente apenas para o autoconsumo. Pouco a pouco a rapadura substituiu em importância o açúcar, tornando-se o principal produto, seguido da aguardente” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.87).

Em 1890, inicia-se a crise da cana-de-açúcar e a expansão do café. “O período áureo do café teve curta duração. Em 1920, uma praga denominada “*Cerococus Parahybensis*” se alastrou pelos cafezais, dizimando-os em menos de cinco anos” (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 93).

Para se superar a crise do café um novo produto foi encontrado, a agave. Em 1940, ocorre o início do ciclo do agave (ou sisal). Mas, seu período áureo durou somente até os anos 50. Conjuntamente, nesse período ocorre os deslocamentos da população rural. Como nos mostra Garcia (1990, p.75), “a população rural diminuiu 33% entre 1940 e 1980: enquanto a população urbana duplicou no período”. Os deslocamentos não eram somente do interior para capital, mas, principalmente, para outra região do país, o Sudeste, região que passava pelo processo intenso de industrialização.

Devido a crise do sisal, a produção de rapadura e aguardente são retomadas na região a partir dos anos 50. A partir de 1970, com o auge das usinas açucareiras no Nordeste do Brasil, a Usina Tanques, localizada em Alagoa Grande, e Usina Santa Maria, localizada em Areia, modificam a estrutura fundiária da região do Brejo Paraibano, tornando o latifúndio da cana-de-açúcar predominante.

2.2.1. O latifúndio e o minifúndio no Brasil

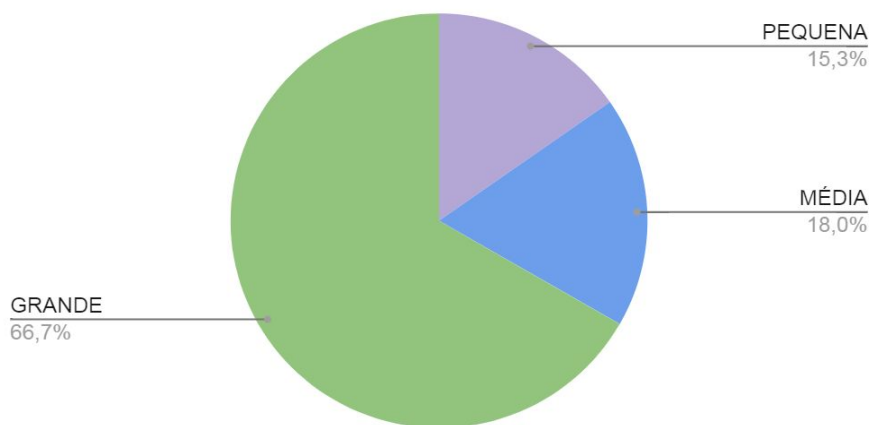
Historicamente, o Brasil possui sua distribuição de terras de maneira desigual, esta constatação está presente no pensamento dos principais autores que discutem a questão agrária nacional. A melhor maneira de exemplificar esta desigualdade é analisando os dados sobre a distribuição de terras, o autor Caio Prado faz esta análise a partir dos dados do Recenseamento de 1950, no qual, “os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área.” (PRADO JR., 1979, p. 17). O autor chama a atenção para além da concentração dos grandes proprietários, os mesmos possuem terras em localidades favoráveis e em melhores condições.

Os dados atuais sobre a estrutura fundiária ainda alertam a desigualdade na distribuição das terras ao comparar a área e o número de imóveis das pequenas, médias e

grandes propriedades. Considerando que as pequenas propriedades possuem áreas que vão de menos de 1 até 100 hectares, as médias propriedades possuem de 100 a menos de 500 hectares, já as grandes propriedades variam de 500 a menos de 10.000 hectares, a figura 7 nos dá uma perspectiva da estrutura fundiária no Brasil em área ocupada e quantidade presente.

Figura 7:

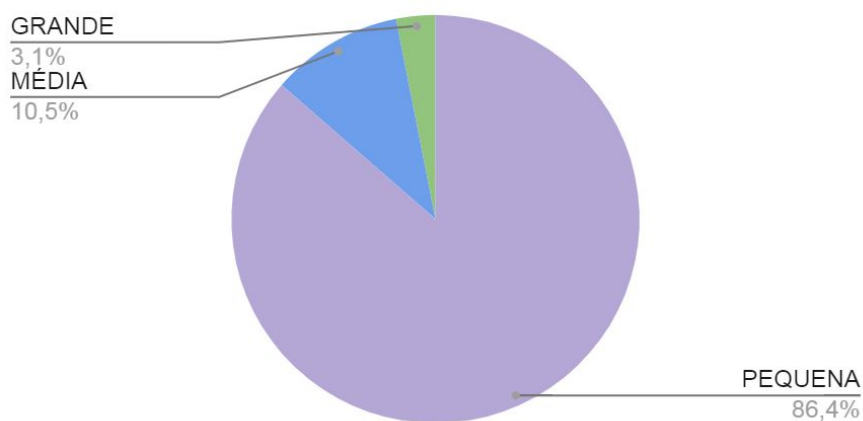
Área ocupada pela pequena, média e grande propriedade no Brasil, em 2014



Fonte: DATA LUTA, 2013. Organização: Soffiati, C.C

Figura 8:

Número das pequenas, médias e grandes propriedades no Brasil, em 2014



Fonte: DATA LUTA, 2013. Organização: Soffiati, C.C

Analisando o gráfico temos que as grandes propriedades representam apenas 3,1% do número de imóveis existentes no Brasil, mas elas ocupam mais da metade da área da produção brasileira, especificamente 66,7%. As pequenas propriedades ocupam apenas 15,3% (112.990.428,41) da área de produção no Brasil, e nessa área permanecem 86,4% (5.305.730) dos imóveis. A propriedade média ocupa 18% da área e representa 10,5% dos imóveis. Com esses dados é evidente que no Brasil a terra está distribuída de forma injusta, na qual, muitas pessoas dividem uma pequena parcela de hectares e outras poucas ocupam mais da metade do solo produtivo brasileiro. Além disso, eles evidenciam a necessidade de se discutir a questão agrária brasileira.

Quando falamos sobre a questão agrária nacional é nítido que existem dois grupos divergentes, os grandes proprietários e os pequenos proprietários. O autor Manoel Correia de Andrade, no livro “Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil” (1980), traz a definição do INCRA sobre latifúndio e minifúndio. Latifúndio pode ser dividido em duas categorias: o latifúndio por dimensão e o latifúndio por exploração. O primeiro é caracterizado por possuir mais de 600 módulos, utilizar mão de obra (moradores, assalariados) e este tipo de latifúndio ocupa 13,2% da área do país. O segundo respectivamente é definido por dimensões superiores a 1 e inferiores a 600 módulos, são inexploráveis, geralmente para fins especulativos, este latifúndio por exploração ocupa aproximadamente 68,6% da área apropriada. Já os minifúndios são os que ocupam a menor quantidade da área apropriada, mas são historicamente os responsáveis pelo abastecimento da população. Nas palavras do autor,

assim, a pequena propriedade dá uma contribuição ponderável à produção dos alimentos básicos do país e de alguns produtos de exportação, enquanto as propriedades médias e grandes se especializam na produção de artigos de exportação, como cana-de-açúcar, o café e o cacau.” (ANDRADE, 1980, p.64).

Além da distinção de tamanhos da propriedade, é necessário também entender as diferenças no significado da produção na terra entre esses grupos. Como escreve José de Souza Martins (1980) em seu livro, “Expropriação e violência, a questão política no campo”, existe a distinção entre terra de negócio e terra de trabalho. Segundo o autor para entender essa distinção é necessário entender primeiro a oposição entre dois regimes de

propriedades que existem no Brasil, a propriedade capitalista e a propriedade familiar. A primeira respectivamente é marcada pela exploração do trabalhador, “baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista” (MARTINS, 1980, p.59). Já no segundo regime de propriedade temos como princípio o trabalho, trabalho não para gerar lucro, mas sim, o trabalho para garantir a reprodução do núcleo familiar. O autor Caio Prado (1980) também aborda essa questão, colocando que a terra de trabalho para os trabalhadores rurais possui como significado a subsistência, já para os grandes proprietários o significado é “um negócio como outro qualquer” (PRADO JR., 1979, p.22).

A região do Nordeste brasileiro é marcada pelo latifúndio da cana-de-açúcar. Historicamente na região esteve presente a plantation canavieira, desde o período da colonização europeia, que se sustentou com a exploração da monocultura da cana-de-açúcar e da escravidão, como lembra Freyre (1985, p.XII) ao descrever o Nordeste açucareiro:

A monocultura, a escravidão, o latifúndio- mas principalmente a monocultura- aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrata; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas. (FREYRE, 1985, p.XII)

A expansão da monocultura da cana-de-açúcar ocorre horizontalmente, apropriando terras e mais terras para a plantação. Atualmente no Nordeste as paisagens, principalmente nas Zonas da Mata, são marcadas pela plantação de cana, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) em 2010 o Nordeste possuía 1.235.074 hectares plantados com cana-de-açúcar, identificando que a plantation canavieira que degrada trabalhadores, águas e matas, não pertence só ao passado da região.

A monocultura canavieira na região do Brejo Paraibano e a degradação dos trabalhadores do açúcar será retratada no próximo subtópico do capítulo.

2.3. A produção de cana-de açúcar no Brejo Paraibano

Nos engenhos ocorrem as etapas da produção da cana-de-açúcar, para ela se tornar um produto comercializável, como rapadura, açúcar, cachaça, mel e outros. Nos engenhos existem as áreas destinadas a plantação de cana e áreas onde a cana será transformada, como a moagem, cozimento, entre outros. Mas o mundo do engenho vai além da estrutura física, ele envolve as estruturas sociais dos que estão presos no seu domínio.

A primeira consideração a ser feita é que engenho não significa apenas produção de cana, podem existir outras plantações alternativas para venda, como foi o caso do café, do algodão e do agave que eram produzidos no interior dos engenhos do Brejo (GARCIA JR., 1990).

Em relação a força de trabalho dos engenhos no Brejo, o trabalho escravo ocupava menos de 20% da mão de obra (GARCIA JR., 1990). Os engenhos produziam com a força de trabalho dos moradores de sujeição, que eram trabalhadores que se submetiam ao senhor-de-engenho, por morarem dentro do seu território. Como lembra Palmeira (1977), morar é diferente de habitar, visto que o termo morar sempre está vinculado ao engenho e de uma maneira muito particular:

Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio (PALMEIRA, 1977, p.205).

É importante frisar que os trabalhadores que pediam morada, não tinham outra escolha para a sua sobrevivência. Pedir morada era a opção que restava para a reprodução de muitas famílias no Nordeste do país.

Os engenhos do Brejo são caracterizados pela dominação personalizada dos senhores-de-engenho em relação aos moradores (GARCIA JR., 1990). Esta dominação se dá por duas facetas: generosidade e punição. A generosidade do senhor-de-engenho começa por ele ceder casa e trabalho para os moradores que não tinham nenhuma outra opção para sua sobrevivência. Sua generosidade também era encontrada no cotidiano, como ressalta Garcia Jr.: “[...] nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, morte, recorria-se ao senhor, e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no

interior do domínio” (GARCIA JR., 1990, p.40). Mas a violência física também fazia parte desta relação de dominação, através de armas, capangas ou castigos que poderiam levar até a morte de moradores.

Outro aspecto importante para se entender sobre o íntimo dos engenhos é a organização do espaço social. Os engenhos do Brejo possuíam a casa grande - casa do senhor-de-engenho-, casas dos moradores, escola, capela, barracão e lugares para reuniões e encontros. As casas dos moradores eram dispersas entre os canaviais, já a casa-grande localizava-se na parte central próximo a todas as estruturas necessárias no cotidiano dos moradores. Assim, o engenho é entendido como:

toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor e limita os horizontes mentais, desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente(GARCIA JR., 1990, p. 46).

Os moradores não saíam do domínio do engenho, o próprio barracão tinha um papel central no isolamento¹³ dos trabalhadores, pois com ele os moradores compravam fiado e não se deslocavam até a cidade mais próxima para consumir os produtos de necessidades primárias. É importante pontuar que o barracão possuía os preços mais elevados se comparado à cidade e servia como um local de endividamento para os trabalhadores (LINHART,1981, p.15).

O declínio do senhor-de-engenho ocorre no período de “fogo morto” que se intensifica entre os anos de 1950 a 1980. As mudanças atingem os senhores de engenho e moradores. Nesse período o senhor de engenho ou se tornará um usineiro (se tiver condições) ou virará um mero fornecedor de cana para a usina, como explica detalhadamente Garcia Jr.:

[...] utilizando, além da cana produzida em terras da própria usina, cana comprada aos engenhos da vizinhança. Elas continuaram a empregar uma mão-de-obra de moradores. A expansão das usinas provoca assim uma reorganização da produção açucareira e uma diferenciação no interior do grupo dos senhores-de-engenho. O usineiro tornou-se um senhor bem mais potente que os demais, enquanto os outros senhores-de-engenho, incapazes de resistir à concorrência do mercado de açúcar, se transformaram em simples fornecedores de matéria-prima. Estes últimos foram assim desqualificados

¹³ Garcia Jr conta que no período da sua pesquisa nos engenhos do Brejo, na década de 70, “encontravam-se ainda membros das famílias dos moradores que nunca haviam saído dos limites da propriedade.” (GARCIA. JR.,1990,p. 46)

socialmente, pois os efeitos desta reorganização do parque açucareiro iam do econômico ao campo político, numa dupla subordinação aos usineiros. Não parar as atividades fabris do engenho tinha uma significação tanto simbólica quanto política: fogo morto, expressão de época, transcrita tanto por José Américo de Almeida como por José Lins do Rego, significava que o senhor estava reduzido à impotência. (GARCIA, 1990, p. 65 e 66).

Com a expansão das usinas, alguns engenhos se tornaram fornecedores de cana-de-açúcar. Como vemos na tabela reproduzida a seguir:

Tabela 1: Número de Engenhos de Propriedade da Usina Santa Maria – 1978.

Município	Número	Área (em ha)
Areia	04	1.219
Serraria	02	619
Pilões	04	895
Total	10	2.805

Fonte: Garcia Jr., 1989. In: SANTOS, 2013, p.39.

Esta tabela evidencia a apropriação dos engenhos pela usina. No caso da Usina Santa Maria, a mesma apropriou dez engenhos na região do Brejo Paraibano, que ocupavam no total 2.805 hectares. Um desses engenhos no município de Areia foi o Quati do Meio, que pertencia ao território da Usina Santa Maria, ilustrado abaixo.

Figura 9: Ilustração do engenho Quati do Meio



Fonte: MIRANDA, 2007, p.91

2.4. A Usina Santa Maria: do auge à falência

As usinas de açúcar apesar de serem um empreendimento industrial, elas também possuem um caráter rural, por estarem localizadas nas zonas rurais, próximas aos canaviais. O funcionamento das usinas nordestinas ocorre em sazonalidade, com o período da safra e da entressafra. Aproximadamente de setembro até março ocorre o período da safra, no qual a usina funciona a todo vapor. De abril a agosto é marcado a entressafra, momento no qual a usina passa pela manutenção dos seus equipamentos (LEITE, 1976).

A usina Santa Maria que possuía sua sede na zona rural do município de Areia iniciou suas atividades em 1931. Com a implantação do Programa Nacional do Alcool na

década de 70 (Proálcool),¹⁴ a usina expandiu e criou a sua destilaria anexa de álcool em 1978 (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). Os 3.452 hectares pertencentes à usina ocupam terras em três municípios: Areia, Serraria e Pilões, sendo sua sede no primeiro destes.

Cabe destacar que do ponto de vista econômico, a Usina Santa Maria sempre produziu uma quantidade de açúcar extremamente inferior à média nacional. Somente com o Proálcool a usina expandiu, como aponta Garcia Jr., “só na safra 69/70 é que a produção da Usina Santa Maria atinge 100 mil sacos, que já era a produção média das usinas brasileiras desde a safra 53/54, praticamente 20 anos antes” (GARCIA JR., 1990, p.211).

Figura 10: Dependências da Usina Santa Maria – década de 1970

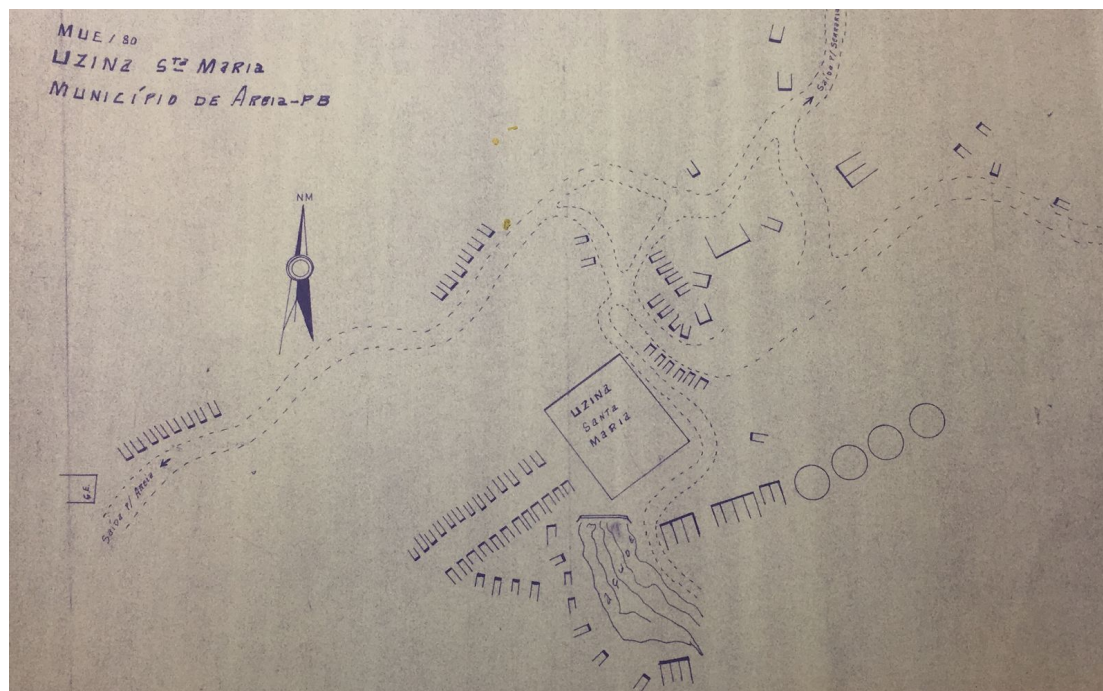


Fonte: Acervo pessoal de Carlos Trajano, in: SANTOS, 2013, p.83.

¹⁴ O objetivo do Programa Nacional do Álcool era incentivar a utilização de álcool ao invés de combustíveis derivados do petróleo, devido a crise do petróleo em 1973.

A usina era movida pela força dos trabalhadores do açúcar, nela existiam diversos tipos de cargos¹⁵, que envolviam a parte agrícola- trabalhadores rurais- e a parte industrial -operários -. Enquanto na parte agrícola encontramos cargos como cortadores de cana-de-açúcar, cambiteiros, enchedores de caminhão, auxiliar de carpinteiro, administrador de exploração agrícola, vaqueiro, chefe de tráfego, tratorista, os últimos podem ser classificados como: “operários de fabricação, operários de oficina de manutenção, operários ligados aos transportes, operários fixos e operários sazonais” (LEITE, 1976, p.11). Abaixo está a planta da distribuição espacial da usina Santa Maria. O retângulo maior representa a usina e os quadrados a sua frente e espalhados pelo mapa são as vilas operárias da usina. As quatro circunferências são as caldeiras.

Figura 11: Planta da Usina Santa Maria em 1979



Fonte: Desenhado por João Pereira da Silva. Obra encontrada no IPHAN-PB

¹⁵ Alguns cargos encontrados nas fichas dos trabalhadores da usina que estão sob a guarda do projeto de pesquisa *Acervo Documental da agroindústria açucareira na Paraíba*: estivador, foguista, fundidor, brequista, turbineiro, motorista, dentista, enfermeiro, ajudante, dosador, chefe de armazém, passador d' água, fermentador, administrador de campo, cabo de caldeira, pedreiro, eletricitista, professora, caldeireiro, serralheiro turbinas, destilador, balanceiro, médica, vigilante, cabo de esteira, bombeiro, escritório, chefe de fabricação CBO, apontador, advogada, assistente social, administrador de campo, numerador,, agrônomo, ass. jurídico administrativo, faturista e outros.

Assim como no engenho, a divisão espacial da usina era organizada de acordo com as hierarquias sociais. Como se percebe na fala do E., interlocutor local fundamental para esta pesquisa, técnico agrícola aposentado pela UFPB, ao falar sobre um ex-funcionária da usina, “Esposa de um enfermeiro lá da usina, que morava em um, que a usina era dividida em vilas, e essas vilas era dividida por categorias. Então ela morava na vila rica, então morava na vila rica que era considerada funcionário de alto padrão.” (E., ex-funcionária da usina, casada)¹⁶.

Em relação ao trabalho no período da usina Santa Maria, um ex-carregador de caminhão da usina entrevistado durante a pesquisa, Sr. Z., com 64 anos de idade, mesma idade que a usina como ele mesmo lembrou, conta que trabalhava enchendo os caminhões com cana-de-açúcar e quando questionado sobre folgas, afirmou que:

Tomava banho de noite pra dormir e quando pensava que não, o carro vinha, nós acordava e ia encher...Quando era de madrugada tomava outro banho que o patrão chegava de novo, pra encher. Era três carro, não parava não. Trabalhava os sete dias (Z. assentado, 64 anos, casado)¹⁷.

A assentada J. relata como era o dia de trabalho dos seus irmãos, que trabalhavam enchendo o caminhão de cana para a usina:

Meio-dia os coitados chegavam pra almoçar. Mal eles começavam a comer, já estavam buzinando aqui embaixo. Deixavam comer e desciam correndo, tinha que descer. Pra encher de novo. Por várias vezes eu presenciei eles deixando a comida, né, no prato. Primeira colherada que botavam, o caminhão: Pibi! Até aqui embaixo, deixava lá e descia na carreira. Tem que voltar ao trabalho. Complicado. (J.¹⁸, 36 anos, casada).

Essas falas nos mostram que o trabalho na usina é sujeito, em que se deve ir ao trabalho toda hora em que for solicitado. Afrânio analisou que sujeição do período dos engenhos, continuou a existir no período de dominação da usina: “as usinas se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas, mas apoiadas na mesma relação social da morada, do trabalho sujeito. Rigorosamente os

¹⁶ Entrevista realizada por Patrícia A. Ramiro em 12/04/2018. Transcrição: Morgana B. da Silva (PIVIC/CNPq).

¹⁷ Entrevista realizada por Patrícia A. Ramiro em 17/11/2017. Transcrição: Catherine Soffiati (PIBIC/CNPq) e Maria Clara de Menezes (PIVIC/CNPq).

¹⁸ Entrevista realizada por: Luciana Chianca, Marilda Menezes, Edgard Malagodi e Afrânio Garcia Jr. Transcrição: Catherine Soffiati (PIBIC/CNPq) e Maria C. de Menezes (PIVIC/CNPq).

usineiros se desenvolveram como senhores-de-engenho mais fortes.” (GARCIA JR., 1990, p. 214).

A relação de dominação personalizada dos senhores-de-engenho, como o pai generoso e que pune¹⁹, também estava presente no período da usina e permanecia viva na memória de nossos interlocutores. A violência estava presente na relação de dominação, como conta Z., “os cabra chegava na casa do cara e metia o farrapo! Ou trabalhava certo ou ia pra peia”. (Z. assentado, 64 anos, casado²⁰).

Em relação às condições de trabalho dentro das usinas de açúcar nordestinas, podemos lembrar do antropólogo José Sérgio Leite, que pesquisou os operários de determinada usina no interior do estado de Pernambuco na década de 1970, publicado na obra “O vapor do diabo”. O próprio título, que surgiu com a fala de um ex-cabo de turbina que ao ver uma usina pela primeira vez afirmou que lá quem trabalhava não era gente, era diabo, já nos conduz para uma reflexão sobre as difíceis condições e contradições dos operários do açúcar.

Outro aspecto que chama a atenção em relação ao trabalho nas usinas nordestinas é a utilização da mão de obra infantil, na obra “O açúcar e a fome” de Robert Linhart esse aspecto é levantado pela fala de um sindicalista que relata as condições dos trabalhadores do açúcar.

Vêm-se crianças de doze anos ou menos sair para cortar cana. Muitas crianças ficam mutiladas durante este trabalho, cortes nas mãos, dedos decepados. E eles nada podem fazer na justiça, porque as crianças de menos de treze anos não tem o direito de trabalhar. (LINHART, 1981. p. 22)

No caso da usina Santa Maria, este aspecto também foi observado por Garcia Jr. quando afirma que “fato também que nos chamou a atenção foi o uso constante e numeroso do trabalho feminino e infantil, cuja remuneração era inferior à dos homens adultos” (GARCIA JR., 1990, p.220). O fato também é encontrado na documentação referente aos registros de empregados da usina, como identifica a foto abaixo:

¹⁹A relação de dominação personalizada dos senhores-de-engenho, na região do Brejo Paraibano, foi detalhada no subtópico 3.2.

²⁰ IDEM rodapé 17.

Figura 12: Ficha de registro de empregado na Usina Santa Maria, em 1984.

REGISTRO DE EMPREGADOS N.º **226**

FIRMA: USINA SANTA MARIA S/A. Rua: DISTRITO DE SANTA MARIA N.º S/Nº
 CIDADE: AREIA ESTADO PARAÍBA C.G.C. 08.711.210/0001-08 INSC. ESTADUAL 16.006.442-2

Data do Registro

DRT
PB.
4531
6-7-84
MB

NOME: [REDACTED]

FILIAÇÃO { Pai [REDACTED]
Mãe [REDACTED]

CARTEIRAS { Profissional 61.227 Série 00006-PB
Reservista _____ Identidade _____
Estrangeiro _____
Instituto _____

[REDACTED]

Sindicato a que pertence: _____ Matricula N.º _____

Estado Civil SOLTEIRO Grau de Instrução ANALFABETO Idade 11 anos

Data do nascimento 01 / 02 / 73 Nacionalidade BRASILEIRO Naturalidade PALMARES-PE

Lugar onde reside SANTA MARIA Data da admissão 02 / 07 / 84

Função TRAB. DA CULT. DE CANA DE AÇUCAR Salário VIDE VERSO Forma de pagamento SEMANAL

Quando Estrangeiro { Data que chegou _____ / _____ / _____ É naturalizado? _____ É casado com brasileira? _____ Tem filhos brasileiros? _____

Teve emprego antes — SIM ☐ NÃO ☒ F.G.T.S. — Optante? _____ Em _____ / _____ / _____ Retratção em _____ / _____ / _____

Banco Depositário _____

End. _____ Horário de trabalho: Das 07:00 às 17:00 horas

com o intervalo de 02 horas para refeição e descanso e aos Sábados das 07:00 às 17:00 horas num total de 48 horas semanais — Beneficiários SEUS PAIS

YAN - FEB -

[REDACTED]

Assinatura do Empregado

Dispensado em 07 / 06 / 85

Data, 02 / 07 / 84

Papelaria Rocha - Fone: 321-4952 - Ref. 112

POLEGAR
DIREITO

Fonte: Arquivo da pesquisa *Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba*

A ficha evidencia que o trabalho no corte da cana-de-açúcar também era realizado por crianças, com onze anos neste caso. Outro exemplo é o senhor S., ex-trabalhador da usina, informou que iniciou no corte da cana com doze anos e permaneceu nesta função

durante anos, até o dia que começou a enfrentar problemas de saúde²¹ e chegou a perder os movimentos dos membros inferiores temporariamente.

No período da expansão das usinas no Nordeste, a cana chega “até a biqueira da casa”, expressão utilizada pelos ex-moradores, fazendo com que os trabalhadores perdessem as terras de suas lavouras de subsistência, como a assentada entrevistada explica:

Era o partido da cana, então a gente não tinha o direito de plantar outras culturas para que a gente pudesse comer também, cuidar da alimentação...Algumas vezes perdidas eles davam um pedaço pequeno ao redor de casa para que a gente pudesse plantar um pouco de macaxeira, de feijão e milho, mas nem todo mundo tinha esse privilégio. (J.²², 36 anos, casada, líder do assentamento União).

A perda do roçado significou a falta de alimentos e de nutrição para as famílias nordestinas das zonas da cana, situação similar relatada pelo sociólogo francês em viagem pela região canavieira do estado de Pernambuco que afirma que com “a monocultura açucareira de exportação, o flagelo da monotonia alimentar abateu-se sobre a população” (LINHART, 1981, p.40). Os salários eram baixos e os trabalhadores não possuíam condições financeiras de consumir os alimentos necessários para o organismo. Esse tipo de produção gerou a *fome moderna* no Nordeste, que segundo Linhart é “morrer de fome com todos os documentos do mundo, contrato de trabalho, seguro, folha de pagamento” (LINHART, 1981, p.51).

A situação dos trabalhadores da zona canavieira em Areia não era muito diferente, segundo E.:

A fome era geral. O povo não tinha uma roupa. Não trocava de roupa em 78. Assim, tudo era rasgado, mulambo, essas coisas todas né? Aí começou aprender aquilo ali e ver, com 35 anos o cara era super velho, na zona da cana-de-açúcar era super velho! Entendeu? (E., casada, ex-funcionária da usina²³)

A aparência envelhecida dos trabalhadores do açúcar, principalmente os trabalhadores da parte agrícola, atualmente ainda são notórias, ao olhar um ex-trabalhador

²¹ O documentário “Linha de Corte”, do Beto Novaes, abrange detalhadamente como o corte na cana deteriora a saúde do trabalhador.

²² IDEM rodapé 18.

²³ IDEM rodapé 16.

do corte da cana e questioná-lo sobre a idade dele, perceberá que o trabalho árduo, a baixa qualidade nutricional durante boa parte de sua vida e a rotina de exposição ao sol, produziram marcas eternas em seu corpo.

Sobre a escolarização neste período, a assentada que entre seus sete irmãos foi a única que teve a oportunidade de estudar após terem acesso à terra via reforma agrária, explica porque seus irmãos não tiveram a mesma chance:

É porque não teve condição... Teria que trabalhar. Até que ela queria que ele estudasse, mas é como eu disse, ele tinha que estudar à noite. Então ficava muito cansativo pra eles trabalhar o dia todo e à noite estudar. E mais que era distante, né, da cidade. Muitas vezes diziam que o professor ‘tava’ explicando lá e eles dormindo, na cadeira. Não tinha condição, o cansaço não deixava. (J.²⁴, 36 anos, casada, líder do assentamento União).

No início da década de 90 tem início a crise canavieira. Muitas usinas faliram, entre elas a Usina Santa Maria que devia R\$ 24,7 milhões ao Banco do Brasil. Em 1991, foi decretada a falência da Usina Santa Maria. Seu controle passou para outros empresários e a usina reabre em 1992, com o nome Usiagro. Mas fecha dois anos depois (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

O histórico da usina Santa Maria e o impacto da sua produção na região do Brejo Paraibano são percebidos na análise dos dados sobre a produção da cana-de-açúcar nos municípios nos quais a usina possuía terras, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 2: Quantidade produzida de cana-de-açúcar, em toneladas, nos municípios de Pilões, Areia e Serraria, em 1974, 1990, 1995 e 2018.

Município	Ano			
	1974	1990	1995	2018
Pilões	150.000	247.500	18.000	4.000
Areia	260.000	240.000	50.000	36.000
Serraria	97.200	225.000	24.000	15.000
Total	507.200	712.500	92.000	55.000

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Organização: Catherine Soffiati.

²⁴ IDEM rodapé 18.

Analisando a tabela 2, é nítido que, após 1990, período no qual se iniciou a crise canavieira, a quantidade de toneladas produzidas nos respectivos municípios sofre uma queda de 87%. No município de Serraria a queda foi de 89,3% na quantidade de cana produzida. Em Areia, a queda também foi acentuada, chegando a 79%. Já na cidade de Pilões, a queda foi ainda mais brusca, atingindo os 92,7%.

A falência da usina mudou o cenário à sua volta, com a quebra deste empreendimento, milhares de trabalhadores ficam desempregados. Muitos decidem ir para a zona urbana da cidade de Areia, em busca da sobrevivência. Como nos mostra Santos (2013, p. 85):

Alguns desses trabalhadores passaram a ocupar também áreas urbanas, auxiliando o crescimento desordenado que hoje caracteriza as zonas periféricas de Areia. A área de ocupação é conhecida atualmente como Bairro da Jussara, um dos espaços mais carentes de iniciativas governamentais, embora algumas ações tenham sido efetivadas no local nas últimas décadas (como saneamento básico e calçamento das ruas).

A falência da usina gerou transformações na área urbana da cidade e deixou muitos ex-trabalhadores abandonados à esmo em seu local de morada, sem condições de migração para outro local. Diante da situação de miséria e fome, após 1992, uma das alternativas encontrada para a sobrevivência dos trabalhadores foi a plantação para a subsistência.

Uma parte dos trabalhadores, com auxílio dos sindicatos rurais, começou a reivindicação do pagamento das dívidas trabalhistas, embora muitos não tivessem coragem de enfrentar o antigo patrão na justiça. A demora e a situação de pobreza de muitas famílias que não possuíam as disposições necessárias para busca de outra opção de trabalho culminou, através do envolvimento ativo de pessoas de diferentes setores da sociedade civil, na luta pela desapropriação das terras da usina Santa Maria, como explicam os autores abaixo:

A reivindicação inicial dos trabalhadores da usina era pelo pagamento dos direitos trabalhistas. No entanto, esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais. Houve uma ação coletiva de mobilização de setores democráticos e lideranças populares na defesa dos trabalhadores da usina e de seus direitos, que assumiram a reivindicação de desapropriação das glebas de terra e criação de assentamentos de reforma agrária (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013, p. 340).

A implementação dos assentamentos rurais de reforma agrária, pelo INCRA, modificou a estrutura fundiária, as condições de trabalho, a casa, a paisagem e a alimentação dos assentados da região do Brejo paraibano, sendo um destes locais o assentamento União, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Capítulo 3. A reforma agrária e o assentamento União

3.1. A questão agrária no estado da Paraíba

A estrutura fundiária no estado da Paraíba não se diferencia do padrão nacional, como exemplifica a tabela a seguir:

Tabela 3: Estrutura fundiária do estado da Paraíba, em 2012.

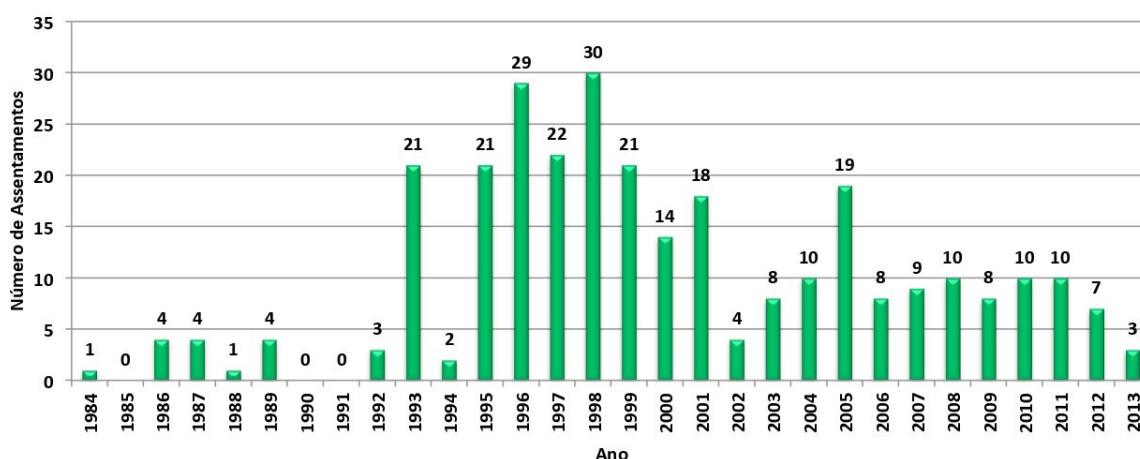
Classes de Área	Nº de imóveis (%)	Área em hectares (%)
Pequena	113.542 (92,6)	1.734.165,49 (40,2)
Média	8.015 (6,5)	1.572.787,42 (36,5)
Grande	1.027 (0,9)	1.006.922,01 (23,3)
Total	122.584 (100)	4.313.874,92 (100)

Fonte: DATA LUTA 2013. Organização: Soffiati, C.C.

Os dados desta tabela identificam que as pequenas propriedades no estado da Paraíba no ano de 2012, ocupavam 40,2% do total de terras, ou seja, ocupam menos da metade do território, mas abrigam 92,6% dos imóveis. Diferente das grandes propriedades, que ocupam 23,3% dos hectares e abrigam somente 0,9% dos imóveis, logo muita terra pra poucas pessoas. A análise desta tabela nos permite visualizar a concentração de terras no estado da Paraíba.

Entre as pequenas propriedades paraibanas, encontram-se os assentamentos rurais de reforma agrária, que abrigam 14.645 famílias em um total de 294.672,08 hectares. Até 2017 a Paraíba possui 314 assentamentos rurais de reforma agrária segundo o INCRA e a implementação dos assentamentos ocorreu principalmente na década de 90, com a formação de 149 assentamentos no período, como exemplifica a figura 12:

Figura 13: Número de assentamentos criados segundo o ano de criação 1984-2013, no estado da Paraíba



Fonte: DATA LUTA 2013.

A microrregião do Brejo Paraibano é a maior em números de assentamentos rurais criados no estado da Paraíba. Em relação ao número de famílias assentadas, essa microrregião ocupa a terceira maior posição no estado, totalizando 1.642 famílias assentadas. No Brejo Paraibano foram implementados 43 assentamentos rurais, 6 deles na cidade de Areia, que são: PA Esperança, PA União, PA Socorro, PA Emanuel Joaquim, PE Engenho Cipó e PA Celso Furtado. A implementação dos assentamentos na região do Brejo Paraibano modifica a estrutura fundiária e a vida dos trabalhadores.

Na cidade de Areia - sede da antiga usina Santa Maria- a mudança na estrutura fundiária é notória comparando o período de pleno funcionamento da usina e o período após a implementação dos assentamentos rurais de reforma agrária. Como vemos a seguir:

Tabela 4 - Estrutura fundiária da cidade de Areia, em 1985 e 2006

Classes de Área	1985		2006	
	Nº de Estabelecimentos Agropecuários	Área (ha)	Nº Estabelecimentos Agropecuários	Área (ha)
Pequena	1.697	8.437	1.978	10.170
Média	69	14.878	61	11.226
Grande	10	8.324	1	570
Total	1.776	31.639	2.040	21.966

Fonte: Censo agropecuário 1985 e 2006. Organização: Soffiati, C. C.

A tabela acima identifica as mudanças na estrutura fundiária na cidade de Areia, ocorridas após 21 anos. No ano de 1985 a propriedade pequena ocupava apenas 26,7% da área total dos estabelecimentos e era a maior em números de estabelecimentos, com 95,5%. Em 2006, a propriedade pequena ocupava 46,3% da área total, ou seja, ocorreu um aumento na área destinadas às pequenas propriedades e um aumento na quantidade de estabelecimentos pequenos. A tabela também identifica a diminuição das grandes propriedades na cidade e uma queda brusca de aproximadamente 93% na área ocupada pelas mesmas, dado que reproduz a grande quantidade de terras nas mãos da usina anteriormente. A mudança na estrutura fundiária da cidade de Areia está intrinsecamente relacionada a falência da usina Santa Maria e a formação de dez assentamentos rurais de reforma agrária nas terras que foram desapropriadas. Para interpretar as representações que antigos moradores das terras de engenhos da usina fazem de sua vida atual, nos valeremos do caso do assentamento União, localizado no município de Areia.

3.2. O assentamento rural de reforma agrária União

O assentamento rural União foi criado através da desapropriação das terras da Usina Santa Maria, no dia 29 de outubro de 1997 através de decreto publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O assentamento possui

uma área total de 380, 2319 hectares e nele convivem cinquenta e seis famílias. O mesmo localiza-se no meio da estrada que sai da cidade de Areia com destino a Pilões. A maior parte do caminho da cidade de Areia para lá é realizado por estrada asfaltada e só na entrada do assentamento a estrada se torna de terra. O caminho para a sede da Associação dos trabalhadores rurais de Santa Helena e Nossa Senhora de Fátima é marcado pelas bananeiras, principal produto da região atualmente.

Figura 14: Vista da estrada do assentamento União



Fonte: Arquivo da Pesquisa: Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI

O assentamento é denominado União, pois é a união das comunidades que viviam nas terras dos antigos engenhos Santa Helena, Poeirinha e Nossa Senhora de Fátima (conhecido também como Grutão). Os moradores mais antigos do assentamento vivenciaram, portanto, o período dos engenhos e da usina.

No assentamento União ocorre o clássico jogo de futebol dos solteiros contra os casados, desde 1975, a prática que surgiu no período da usina ocorre até os dias atuais. O jogo ocorre no final do ano, no dia 25 de dezembro, envolvendo os assentados e comunidades próximas em campo construído em frente à antiga casa grande do engenho, onde hoje funciona a sede da Associação dos Moradores do Assentamento União.

Figura 15: Sede da Associação do assentamento União, em 2019



Fonte: Arquivo da Pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”

Os lotes do assentamento são formados por uma ou duas casas, e uma área destinada à plantação para a venda e/ou para o consumo doméstico, que se aproxima de cinco hectares na maioria dos casos. Na vida de assentado, o roçado, área destinada às plantações de subsistência, como hortaliças, feijão, mandioca e outros, apresenta uma diversidade maior, levando em consideração sua autonomia para escolher o quê, quando e onde plantar. Como descrito em entrevistas pelo assentado, no seu lote tem plantações de: banana, macaxeira, batata doce, abóbora, coentro, capim (para o gado), cana-de-açúcar, feijão de corda, feijão carioca e milho. (H.²⁵ 59 anos, casado, morador do assentamento União).

A diversidade de lavouras também está presente no lote da assentada N., ela afirmou possuir plantações de macaxeira, feijão, milho, coentro, cebola, espinafre, couve, tomate e banana (N.²⁶, moradora do assentamento União, 47 anos). A variedade é visível ao visitar a casa dos assentados, nas quais seus quintais são marcados pelas diferentes plantações e tipos de criação de animais.

²⁵ Entrevista realizada por Catherine Soffiati em 16/11/2017. Transcrição: Catherine Soffiati (PIBIC/CNPq).

²⁶ Entrevista realizada por Ana V. Batista em 16/11/2017. Transcrição: Ana V. Batista (PIVIC/CNPq).

Em relação à importância do roçado a assentada T., ex-cortadora de cana da usina coloca que é “Deus no céu e o roçado na terra!”, ao equiparar a sua lavoura de subsistência a uma divindade, a assentada situa o roçado no topo da hierarquia das plantações mais valiosas no seu cotidiano.

Sobre a alimentação no período do assentamento, J. informou que: “hoje nós temos uma variedade de alimentos, a gente mesmo produz para o consumo” (J., 36 anos, casada, moradora do assentamento União)²⁷. A alimentação na vida de assentado apresenta qualidade e quantidade superior a do tempo da usina.

A família reunida em volta da mesa farta é uma das imagens retratadas nos cartazes produzidos pelos assentados para referenciar os dias atuais, as falas constantes nas entrevistas e conversas informais sobre a melhoria na alimentação e a liberdade de cultivar roçados mostra que o problema da fome ficou guardado no passado, e a geração de trabalhadores da zona rural desnutridos não fazem mais parte desta realidade. Durante a pesquisa²⁸, o problema da fome havia sido superado na vida dos assentados de reforma agrária da região.

Podemos pensar esse processo, de liberdade para plantar o roçado, também como a transformação do ex-funcionário da usina em agricultor do assentamento, levando em consideração a definição de agricultor colocada por Afrânio:

A apelação de agricultor supõe, de forma generalizada, que a pessoa referida controle o processo de trabalho agrícola e seja responsável pelas decisões sobre o tempo e o ritmo em que as terras são executadas, sobre os produtos plantados e sua destinação. Neste sentido o morador sujeito não é tido por agricultor (GARCIA, 1990, p. 52).

A mudança na alimentação ultrapassa a esfera doméstica e atravessa os muros das escolas. Em entrevista a assentada informou que a merenda escolar, “tá muito boa, porque a merenda é comprada dos próprios agricultores.” E acrescenta que 30% da merenda é comprada dos agricultores da região, parte referente ao Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.A). Replica a fala da sua filha, “A menina chegou dizendo hoje: _ Mamãe, o lanche hoje foi feijão, carne, macarrão e purê! Eu digo: *ói* tá vendo! É um almoço, né?

²⁷ Entrevista realizada por Patrícia A. Ramiro em 16/11/2018. Transcrição: Catherine Soffiati (PIVIC/CNPq).

²⁸ Com a eleição de governo de extrema direita no Brasil em 2019, não se sabe ainda qual impacto do corte de políticas públicas para a agricultura familiar na vida destas famílias.

(risos) Diferente de um biscoito e um copo de suco.” (J²⁹, 36 anos, casada, líder do assentamento União).

A transformação na alimentação também é percebida na própria paisagem da região, ao visualizar a diversidade de lavouras existentes. O assentado Z. ao mostrar a vista ao redor da sua casa afirma que antes “isso aqui tudo era cana! Vinha até aqui no terreno.” (Z.³⁰, assentado, casado, 64 anos). Hoje a paisagem ao redor da sua casa é composta por plantação de banana, árvores frutíferas, criação de galinhas, gado, casas vizinhas, pessoas andando a pé ou de moto, cachorros na rua, estradas de terra, fios de energia elétrica e o neto brincando no quintal.

Figura 16: Vista do lote do assentado Z., em 2017.



Fonte: Arquivo da Pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”

Esta vista retratada pela fotografia acima, há 30 anos atrás, era marcada pela monocultura da cana-de-açúcar, e o desmatamento causado por este tipo de *plantation*. Esta transformação foi pontuada por Menezes, Malagodi e Moreira, na qual:

o campo deixou de ser um simples espaço de produção de matéria-prima para a indústria – um único canavial – e passou a ser um território onde as pessoas moram,

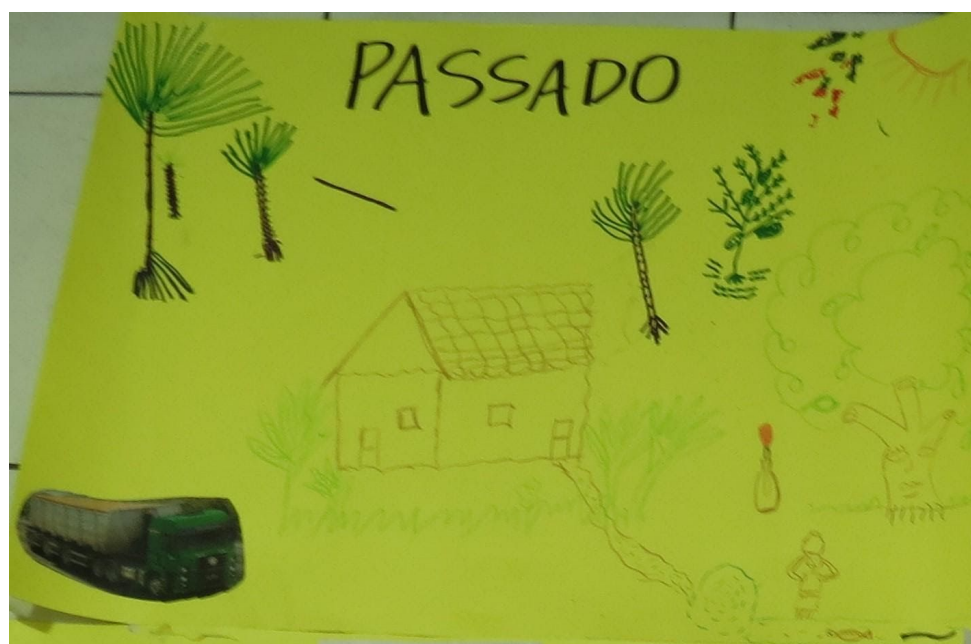
²⁹ IDEM rodapé 27.

³⁰ IDEM rodapé 17.

cultivam suas hortas e lavouras, e definem a paisagem de suas casas, não raro com um alpendre e alguns coqueiros do lado. Trabalhadores rurais e suas famílias – adultos, crianças, jovens e idosos – passam a compor a paisagem, antes marcada por caminhões de cana e gaiolões, ou paus de arara de “boias-frias”. (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013, p. 348)

As transformações ocorridas após a política de reforma agrária são percebidas nas falas dos assentados e também na produção de cartazes realizadas na atividade de extensão rural. Em relação ao passado, tempo da usina, temos que:

Figura 17: Cartaz elaborado pelos assentados durante atividade de extensão rural em 16/11/2019



Fonte: Arquivo da Pesquisa: Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI

Ao analisar o cartaz temos que a paisagem do passado é marcada pela morada, pelas plantações de cana-de-açúcar ao redor da casa e pelo caminhão que transportava as canas cortadas. A situação do presente foi retratada no cartaz a seguir:

Figura 18: Cartaz elaborado pelos assentados durante atividade de extensão rural em
16/11/2019



Fonte: Arquivo da Pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”

O cartaz que representa o presente, a vida no assentamento, identifica a aquisição de bens de consumo, diversidade de culturas (como: banana, macaxeira, hortaliças e frutíferas), a criação de animais (como: galinhas, gado, caprinos e cavalo), a mesa farta e a casa.

Em relação à escolarização no período do assentamento, J³¹ (assentado, 68 anos) conta que seu filho de 19 anos concluiu o terceiro ano do ensino médio e sua outra filha de 12 anos estava cursando o oitavo ano. Já a sua esposa de 46 anos, que sempre trabalhou na roça, não possuía escolarização. No caso do assentado, M³², de 74 anos de idade, ele e sua esposa C. de 67 anos, informaram não possuir nenhum grau de escolarização, e informou

³¹ Entrevista realizada por Maria C. L. de Menezes em 16/11/2019. Transcrição: Maria C. L. de Menezes (PIVIC/CNPq).

³² Entrevista realizada por Maria C. L. de Menezes em 16/11/2019. Transcrição: Maria C. L. de Menezes (PIVIC/CNPq).

que seus filhos não chegaram a concluir o ensino fundamental. O acesso à escola na vida dos assentados aparenta ter uma facilidade maior quando comparado ao tempo da usina, mas ainda apresenta dificuldades de permanência em alguns casos³³.

Sobre as mudanças nas condições de trabalho após a implantação do assentamento, o senhor Z. conta que mudou muito pra eles e acrescenta que “Não vem ninguém abusar *nois*, nem chamar pra trabalhar. Aqui tudo tranquilo né, tudo numa boa” (Z.³⁴, 64 anos, casado, ex-enchedor de caminhão da usina). Essa tranquilidade pode ser entendida quando comparada com a forma de trabalho que se tinha antes, no tempo da usina. Essa tranquilidade também é apontada pela assentada E., quando ela relata sua rotina de trabalho atual, “agora a gente trabalha de manhã até o meio dia e de meio dia pra tarde não vamos mais”. (E.³⁵). Essas falas evidenciam que atualmente o trabalho é menos desgastante fisicamente e que ele possui um caráter de liberdade, ou seja, o ex-trabalhador sujeito da usina, que trabalhava todos os dias da semana e era obrigado a encher o caminhão de cana a qualquer hora do dia (no caso do Z.), hoje se tornou um assentado autônomo, dono do seu tempo, ou seja, um agricultor livre.

A expressão dono do seu tempo foi utilizada durante a dinâmica de extensão rural no momento que a assentada justifica a escolha da imagem de um relógio para representar a principal conquista, na sua visão, em relação ao período após a formação do assentamento,

Eu escolhi um relógio. Por que um relógio? É... [apontando para o relógio colado numa cartolina]. Isso aqui representa o melhor de hoje né? Antes a gente precisava trabalhar na hora certa. Tinha que ir, senão o bicho pegava! E hoje, a gente trabalha na hora que a gente quer. A maioria dos assentados hoje trabalha no dia que quer e a hora que quer também. Tá aí! No verão, ‘não, não vou trabalhar hoje porque o sol tá muito quente!’ Não vai. (J.³⁶, 36 anos, casada).

Ser dono do seu tempo está relacionado às novas condições de trabalho presentes na vida dos assentados, que se diferem do trabalho que eles vivenciaram no passado, do trabalho sujeito característico da usina. As relações de trabalho após a implementação da política de redistribuição agrária na região, tornou-os trabalhadores rurais livres. A vida no

³³ O tema deverá ser parte de outra pesquisa a ser desenvolvida por membro da equipe.

³⁴ IDEM rodapé 17.

³⁵ IDEM rodapé 16.

³⁶ IDEM rodapé 27.

assentamento significa também o aumento no poder de consumo, como conta o Z. “hoje em dia o cara tem carro, tem moto.” (Z.³⁷, 64 anos, casado). A assentada J. quando questionada sobre as melhorias na vida de assentada, informa que “antes a gente andava de bicicleta, de burro né, hoje a gente anda de moto, carro. Celular muito chique pra navegar nas redes e computador.” (J., casada, 36 anos³⁸). E os assentados almejam outras conquistas materiais, como andar de avião.

Atualmente, na região, o riacho no qual os trabalhadores buscavam a água não existe mais, mas a maioria das casas do assentamento possuem água encanada, como lembra J.:

Quando nós não tinha água encanada, nós carregava na cabeça. Ainda hoje tem algumas pessoas que carregam ainda, mas a maioria dos assentados hoje tem água encanada em casa, barreira construída ou de cisterna né! quem conseguiu, e encanada dentro de casa. Todo mundo tem um chuveiro pra tomar banho! (J.³⁹, 36 anos, assentada).

Com a implementação dos assentamentos rurais também ocorreu a chegada da energia elétrica na casa dos trabalhadores, como lembra o assentado, “a energia, quando desapropriou a terra aqui, deram as casas e botaram energia” (Z.⁴⁰, casado, 64 anos, morador do assentamento União).

Em relação às transformações das lavouras na região, temos que, após anos de cultura da cana-de-açúcar, os assentados tiveram que optar por um novo tipo de plantação, o primeiro encontrado por eles foi a macaxeira. A produção desta lavoura teve curta duração, pois com a seca de 1999 que se alastrou pela região, as plantações foram perdidas, como explica a assentada:

É porque como a gente já tinha as casas de farinha né... Era mais fácil de fazer a farinha, a macaxeira também pra o consumo. Mas daí todo mundo plantou, veio a seca. E aí todo mundo perdeu tudo, ficou sem nada. Aí um foi conversando com o outro, “isso não vai dar certo, essa mandioca...” (J. assentada, casada, 36 anos⁴¹).

³⁷ IDEM rodapé 17.

³⁸ IDEM rodapé 27.

³⁹ IDEM rodapé 27.

⁴⁰ IDEM rodapé 17.

⁴¹ IDEM rodapé 18.

Posteriormente à seca e a impossibilidade de cultivar este produto para a venda, uma nova alternativa foi encontrada, a banana. A mudança ocorreu entre os anos de 1999 e 2000, “todo mundo mudou pra bananeira, aonde você olhar hoje, bananeira é por todos os lados!! [risos]” (J., assentada, 36 anos, casada⁴²).

Figura 19: Bananal plantado no assentamento União



Fonte: Arquivo da Pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”

A banana, atualmente, é o principal produto cultivado pelos assentados. Segundo dados do IBGE 473 estabelecimentos agropecuários produzem mais de 50 pés de bananas no município de Areia. Os dados do Censo agropecuário indicam que a lavoura permanente de plantação de banana ocorre nas pequenas e médias propriedades:

⁴² IDEM rodapé 18.

Tabela 5 - Quantidade de banana produzida no município de Areia, por área, em 2017

Área dos imóveis	Nº de imóveis	Quantidade produzida (t)
De 0,2 a menos de 0,5 ha	1	X ⁴³
De 0,5 a menos de 1 ha	12	16
De 1 a menos de 2 ha	38	112
De 2 a menos de 3 ha	43	303
De 3 a menos de 4 ha	51	170
De 4 a menos de 5 ha	34	261
De 5 a menos de 10 ha	203	2.907
De 10 a menos de 20 ha	40	724
De 20 a menos de 50 ha	20	193
De 50 a menos de 100 ha	15	646
De 100 a menos de 200 ha	12	2.178
De 200 a menos de 500 ha	4	X
Total	473	7.595

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Organização: Soffiati, C.C.

Analisando a tabela acima, temos que as pequenas propriedades são a maioria no número de imóveis produtores de banana no município. Em relação à produção, os pequenos imóveis de 5 a menos de 10 hectares, são os responsáveis por aproximadamente 38,3% no município.

O cultivo da banana, segundo alguns autores, ocorreu por diversos motivos, entre eles, porque a planta já era conhecida na região e os assentados já sabiam cultivar, havia facilidade na obtenção das mudas, alguns agricultores experimentaram e deu certo e sempre há alguma demanda para se vender (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). Numa de nossas entrevistas, o assentado Z. explica que a facilidade do cultivo foi um fator relevante para produção da banana no assentamento:

⁴³ Segundo o IBGE, X: Valor inibido para não identificar o informante. Ex: Determinado município só possui uma empresa produtora de cimento, logo o valor de sua produção deve ser inibido.

É porque banana é melhor pra gente colher aqui. Sempre tem, a banana é melhor, sabe? E não dá muito trabalho. A gente planta banana, aí quando o mato tá pregando no baixo, aí a gente corta as folha, o mato não cresce aí, dá banana. A gente corta no máximo de quinze em quinze dia, quem tem muita, corta. E quem não tem, corta quarenta dia e tá em ordem pra cortar de novo. É bom. (Z., assentado, 64 anos, casado⁴⁴)

Ainda que existam assentados que trabalhem com o corte da cana em outros terrenos ou que plantem cana-de-açúcar em seus lotes, como mostra na tabela a seguir, a maior produção de cana no município não provém das pequenas propriedades.

Tabela 6: Número de imóveis com produção de cana-de-açúcar, quantidade produzida em toneladas, por grupo de área, no município de Areia, em 2017.

Grupo de área	Nº de imóveis	Quantidade produzida (T)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2	X ⁴⁵
De 0,5 a menos de 2 ha	8	6
De 2 a menos de 3 ha	6	X
De 3 a menos de 5 ha	13	162
De 5 a menos de 20 ha	29	591
De 20 a menos de 100 ha	19	8.279
De 100 a menos de 500 ha	13	9.564
De 500 a menos de 1.000 ha	2	X
Total	92	32.154

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Organização: Soffiati, C.C

A quantidade de cana-de-açúcar produzida no município é maior se comparada à produção da banana, mas esta última possui um número maior de imóveis que a cultivam. Isto significa que a produção nas pequenas propriedades são diversificadas, já nas grandes e médias propriedades ainda é instaurada a monocultura canavieira. No caso da cidade de

⁴⁴ IDEM rodapé 17.

⁴⁵ Segundo o IBGE, X: Valor inibido para não identificar o informante. Ex: Determinado município só possui uma empresa produtora de cimento, logo o valor de sua produção deve ser inibido.

Areia, a monocultura da cana-de-açúcar ainda está presente, pois o município atualmente é reconhecido pela produção artesanal da cachaça, símbolo do turismo na região (RAMIRO; GARCIA-PARPET; 2019). Na ida a campo em novembro de 2019, presenciamos diversas vezes os caminhões carregados de cana-de-açúcar passando pela cidade e pelas estradas próximas.

Já a diversidade de produção dos pequenos agricultores pode ser analisada na tabela a seguir:

Tabela 7: Número de imóveis por grupos de atividade econômica e classes de área, na cidade de Areia, em 2016.

Grupos de atividade econômica	Pequena	Média	Grande
	Nº de imóveis	Nº de imóveis	Nº de imóveis
Produção de lavouras temporárias	798	23	-
Horticultura e floricultura	56	-	-
Produção de lavouras permanentes	360	11	1
Pecuária e criação de outros animais	696	27	-
Produção florestal - florestas plantadas	10	-	-
Produção florestal - florestas nativas	55	-	-
Aquicultura	3	-	-
Total	1.978	61	1

Fonte: Censo agropecuário 2016. Organização: Soffiati, C.C.

A tabela acima evidencia que as pequenas propriedades são as responsáveis pela diversidade das atividades econômicas em Areia. Esses dados não fogem do padrão encontrado no estado da Paraíba:

A Paraíba apresenta em seu espaço agrário uma massiva quantidade de pequenas propriedades rurais, responsáveis pela imensa maioria da produção alimentícia. Comprova-se ainda a enorme desigualdade da distribuição fundiária, na qual os grandes estabelecimentos retêm para si a imensa maioria das terras. O Censo atesta também a perpetuação do sujeito camponês que, ainda dispondo de pequenas porções de terra, emprega quase 90% da mão de obra na atividade agropecuária, produz a imensa maioria

dos gêneros alimentícios e gera mais renda que as médias e grandes propriedades somadas (BARBOSA, H; MITIDIERO. M. 2019, p.149).

Outro aspecto que chama a atenção no caso do assentamento rural União é que parte dos assentados continuou a residir no mesmo local que moravam no período do engenho. Em alguns lotes, existem duas casas, uma que existe desde o tempo dos engenhos e a outra que foi construída com créditos de habitação do INCRA. Este é o caso dos assentados M. e C., que possuem duas casas em seu lote.

Figura 20: Assentados em frente à casa do período da usina



Fonte: Arquivo da Pesquisa: Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI

A casa acima retrata o passado da vida desses assentados. Para conseguir uma casa nas terras da usina, o senhor M. afirma que pediu morada ao gerente da usina, que era o responsável pelas fazendas, “eu cheguei aqui e perguntei a ele se ele tinha uma casa pra me dá, aí ele tinha, ‘pode vim!’ Fiquei trabalhando. Na terça-feira fui logo trabalhar.”. O pedir morada na parte agrícola da usina estava intrinsecamente relacionado ao trabalho, como o assentado M. contou, assim que conseguiu a casa já começou a trabalhar.

Figura 21: Assentados em frente a casa construída no período do assentamento



Fonte: Arquivo da Pesquisa: Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI

Esta casa foi construída ao lado da casa citada anteriormente, mas em períodos e condições sociais totalmente distintas. A casa foi construída após a implementação do assentamento rural União, foi financiada pelo crédito de habitação disponibilizado pelo INCRA. Para residir nesta casa, não foi necessário pedir morada ao usineiro ou senhor-de-engenho, esta casa “pertence” aos assentados através de termo de concessão de uso, ela representa o fim da morada/sujeição e o início da habitação/liberdade na vida dos assentados.

O fato de morarem no mesmo local do tempo do engenho, faz com que alguns assentados se refiram a localização de seus casas citando o nome dos antigos engenhos existentes na região. Esse fato pode estar relacionado com a dificuldade dos próprios assentados em entenderem como ocorre o funcionamento e organização dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, afinal:

O processo de reforma agrária via assentamento do Incra coloca os trabalhadores diante de um mundo que não controlam: eles entendiam o mundo do engenho e, depois, o mundo da usina. Mas como entender o assentamento, que tem seus donos espalhados, de João Pessoa a Brasília?(MENEZES;MALAGODI,2013, p.351).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as transformações ocorridas na vida dos assentamentos é fundamental para produção de dados e reflexões sobre os assentamentos rurais no Brasil. A análise do levantamento bibliográfico, das entrevistas, dos relatórios, do caderno de campo e da experiência da ida ao assentamento foram muito estimulantes para a compreensão dos significados do acesso à terra para o cotidiano do trabalho e da moradia das famílias assentadas. Pudemos entender melhor como as transformações daquela região foram sentida pelos seus moradores, levando-se em consideração que o assentamento União é formado por um conjunto de pessoas, mas que cada uma delas traz suas individualidades e enxerga as mudanças de formas distintas. No tempo da usina Santa Maria se tinha o trabalho sujeito, muito desgastante fisicamente, abusos de poder por parte dos usineiros, mas naquele tempo se tinha água nos rios da região, se tinha lazer através do jogo de futebol entre solteiros e casados. Esse período, dentro de todas as dificuldades enfrentadas pelos ex-funcionários da usina, guarda na memória lembranças que podem tirar sorrisos ou dores de quem conta.

A política de reforma agrária na região do Brejo Paraibano, especificamente na cidade de Areia, transformou não só a estrutura fundiária do município, mas também a vida de ex-trabalhadores da *plantation* canavieira. Hoje, os ex-cortadores de cana-de-açúcar agora são assentados de reforma agrária e donos do seu tempo.

A principal ação gerada pela implementação do assentamento União é o fim da relação de sujeição do trabalhador ao usineiro/senhor-de-engenho, esta liberdade foi conquistada através das políticas de reforma agrária, uma luta que deixou marcas na região com a ex-sindicalista Margarida Maria Alves, que foi assassinada na década de 80 por lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande. A reforma agrária no país, até os dias atuais, é alvo de grandes disputas. Disputas de interesse políticos e financeiros, que podem custar a vida dos trabalhadores do campo. Para se ter uma ideia, segundo levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), ocorreram 70 assassinatos em conflitos no campo no Brasil em 2017. No relatório de 2018, a CPT aponta para um total

de 964 ocorrências de conflitos no campo, envolvendo 590.400 pessoas. Um dado alarmante que deixa exposto a necessidade de se discutir a questão agrária no Brasil.

A vida de assentado traz diversas transformações positivas, mas há que se considerar as limitações ainda presentes para a reprodução social dos assentados. Faz-se necessária a presença de políticas públicas que atendam suas necessidades. Com isso, o que entra em questão é a sustentabilidade dos assentamentos rurais de reforma agrária. Como o assentado consegue permanecer na sua terra, sem ter necessidade de ir para a cidade ou outra região do país? Importante relembrar aqui o caso do P.A.A. (Programa de Aquisição de Alimentos), que foi criado em 2003 pelo governo federal com o objetivo de combater a fome e fortalecer os agricultores familiares. Os assentados relatam a relevância do P.A.A.,

a gente está rezando pra que consiga de novo, porque sem ele, aí fica difícil. A gente não tem como produzir o tanto que a gente produz de hortaliças sem ter o P.A.A.. E aí vai vender a quem? Algumas pessoas participam da feira da agricultura, mas aí não é tanto né, que você vende também, é diferente” (J., 36 anos, assentada⁴⁶).

Esta fala demonstra as preocupações para conseguir acessar o P.A.A. novamente, pois, o mesmo sofreu cortes do governo federal, cortes que colocam em risco a permanência do programa, que, como vimos neste trabalho, aparece como principal fonte de comercialização da produção dos assentados.

No assentamento existem outras demandas que dependem da contrapartida do Estado, como, por exemplo, a aquisição de uma ambulância, um médico que vá até o assentamento, um transporte escolar que entre no assentamento e a construção de estradas de qualidade. A vida no assentamento também traz muitos impasses. Morar no assentamento também requer o aprendizado de como trabalhar em coletivo através da associação. De todo modo, como mostra esta pesquisa, o cotidiano é sentido majoritariamente como muito melhor quando comparado ao passado trabalhando na usina e morando nos engenhos. Esperamos que reativar as memórias do passado e estimular a construção de representações sobre o presente na qualidade de assentados, possa servir não apenas para registrar as importantes transformações vividas no cotidiano destas pessoas,

⁴⁶ IDEM rodapé 17.

mas sirva para reforçar a importância da articulação de movimentos sociais, universidade e setores da sociedade civil na luta pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: Memórias de um município. 2. ed., João Pessoa : Ed. Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, M.C. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas cidades, 1980.

FRANCH, Mônica. Imagine yourself not alone- Reflexões sobre a produção coletiva de conhecimento em antropologia.: **Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Recife, 14., 2009.

FREYRE, Gilberto. **NORDESTE**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem no Nordeste do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul**: caminho do roçado - Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. São Paulo: Brasília: CNPq, Editora UNB, 1989.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MIRANDA, Nivalson. **Areia e seu entorno**. João Pessoa: A União, 2007.

MENEZES, M.; MALAGODI, E; MOREIRA, E. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

MOREIRA, Emilia & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1997.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**(Rio de Janeiro), v.2,n.2, p. 103-114, 1977.

PRADO JR. Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. In: ALBERTI, V. et al. (orgs.). **Fontes orais**: Histórias dentro da História. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155- 202.

RAMIRO, Patrícia; GARCIA-PARPET, Marie France. O valor do lugar: o turismo e a valorização simbólica da cachaça do Brejo paraibano In: RAMIRO, Patrícia (org.).

Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira . João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 77-98.

Relatório de Conflitos no Campo CPT (2018), disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0> Acesso em: 15/06/2019.

Relatório de Conflitos no Campo CPT (2017), disponível em:
<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web?Itemid=0> Acesso em: 15/06/2019.
SANTOS. Vanderleia, dos. **Desenvolvimento local e novas ruralidades:** representações do turismo rural no município de AREIA/PB. 2013. 167f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

SILVA, A.B; GUTIERRES, H.E.; GALVÃO, J.C. Paraíba 2: pluralidade e representações geográficas. In: BARBOSA, H; MITIDIEIRO JR., M.A. **O que os dados do censo agropecuário IBGE (2006) revelam sobre o espaço agrário paraibano?** Campina Grande: EDUFPG, 2019.

SELZ, M.; MAILLOCHON, F. O raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WEBER. Florence. Une pédagogie collective de l'enquête de terrain. **Bulletin de l'Association française des anthropologues**, L'ethnologue et son terrain, n°31, Tome II, p.95-107, Janvier-Mars 1988.